

ANEXO I
PROJETO BÁSICO
OBRA DE ENGENHARIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022
(Processo Administrativo nº 23337.250979.2020-11)

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução do projeto de Acessibilidade do IF Baiano – Campus Governador Mangabeira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de obra conforme definições contantes no art. 6, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço não comum de engenharia/obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Tomada de Preço.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Atestados de Capacidade Técnica acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA, que comprovem a execução de Obras ou Serviços compatíveis em características, e prazos com o objeto da Licitação;
- 5.1.2. Atender a todas as cláusulas do contrato para prestação do serviço de execução do projeto de acessibilidade para o Campus Governador Mangabeira;
- 5.1.3. Utilize critérios de sustentabilidade, a exemplo das soluções abaixo mencionadas, salvo quando houver motivo relevante a justificar a respectiva dispensa, nos termos da Lei n. 8.666/93, art. 3º, c/c IN SLTI/MP n. 01/2010, arts. 3º e 4º.
- 5.1.4. I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- 5.1.5. III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- 5.1.6. IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- 5.1.7. V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- 5.1.8. VI – sistema de reúso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- 5.1.9. VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- 5.1.10. VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- 5.1.11. IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço, quando for o caso;

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail licitacao@gm.ifbaiano.edu.br.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.2.2. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá o planejamento apresentado no Cronograma Físico-Financeiro a ser apresentado pela empresa. A ordem como os serviços ocorrerão deverá ser decidida pela empresa que se sagrar vencedora em acordo com a equipe de engenharia do Instituto.
- 7.2. A execução dos serviços será iniciada após a fase de mobilização da empresa contratada, realizada nos 5 (cinco) dias imediatamente após a assinatura do contrato.
- 7.3. A execução da obra, bem como os procedimentos e tecnologias necessários, deverão ser planejados previamente com o Setor de Engenharia do Instituto, para que as etapas sejam organizadas dentro do prazo estabelecido no cronograma físico – financeiro;

7.4. O endereço da prestação do serviço é Rua Waldemar Mascarenhas, s/n, Portão, Governador Mangabeira – BA;

7.5. A partir da autorização da execução da obra, será emitida ordem de serviço assinada pelo Contratante e pelo Engenheiro Técnico responsável pela fiscalização do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A gestão do contrato ocorrerá por agente a ser designado pela Administração do Instituto Federal Baiano – Campus Governador Mangabeira.

8.2. A gestão do contrato ocorrerá por membros técnicos qualificados para gerenciar o adequado andamento dos serviços e membros responsáveis do setor onde ocorrerão os serviços, sendo assim possível identificar possíveis falhas na execução dos serviços e instalação dos materiais.

8.3. Os mecanismos oficiais de comunicação entre os membros da gestão do contrato e a empresa será telefone, e-mail e ofício, cada um adequado ao seu grau de necessidade e importância.

8.4. A aferição dos serviços executados para a liberação da medição e posterior pagamento ocorrerá pelo membro técnico da equipe de gestores. A comunicação para solicitação de aferição deverá ocorrer por e-mail, informando o ponto em que o serviço se encontra.

8.5. As demais ações serão detalhadas abaixo em seus respectivos itens.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo

para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

10.11.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

10.11.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

10.11.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

10.11.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

10.11.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

10.11.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Soci-

al, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

11.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

11.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

11.28. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

11.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

11.30. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

11.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

11.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.35. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente

- SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.40.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.40.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

11.40.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.40.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.41.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.41.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

11.41.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.41.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.41.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.41.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.41.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.42.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

11.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

11.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

11.46. No caso de execução de obra:

11.46.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

11.46.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

11.46.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

- 11.46.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 11.46.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 11.46.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 11.46.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 11.46.8. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
- 11.46.9. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.
- 11.47. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde

que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

14.16.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

14.16.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

14.16.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

14.16.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

14.16.1.4. aos depósitos do FGTS; e

14.16.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

14.16.2. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

14.16.3. oficial os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

14.16.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arretratos, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.2.6. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

15.2.7. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.7.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.7.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.7.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada,

consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, trâmites burocráticos para pagamento. Ou seja, é o prazo desde a apresentação da Nota Fiscal até o envio da ordem bancária.

15.4. Nos contratos de escopo o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

15.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

15.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

15.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 30 (trinta) dias.

15.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. o prazo de validade;

16.5.2. a data da emissão;

16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.5.4. o período de prestação dos serviços;

16.5.5. o valor a pagar; e

16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.7.1. não produziu os resultados acordados;

16.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.17. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.17.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.17.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

16.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil – INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 17.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.2 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12 Será considerada extinta a garantia:

18.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3 e 19.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da	01

	CONTRATADA	
--	------------	--

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.20. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.20.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.21. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.22. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.23. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

20.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

20.3.2.1. Colocação de PLACA PISO TATIL, com quantidade mínima comprovada de 590 unidades.

20.3.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

20.3.3.1. Placa de piso tátil.

20.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

20.3.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

20.3.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666,

de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

20.3.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

20.3.8. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

20.3.8.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global: 786.677,70 (Setecentos e Oitenta e Seis Mil, Seiscentos e Setenta e Sete Reais e Setenta Centavos);

20.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

20.4.3. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

21.2. Tal valor foi obtido a partir de estimativa de quantitativo e custos elaborada com consulta à tabela SINAPI e ORSE, conforme estabelece o Decreto 7.983, de 2013, observando a disposições 2.9 do Anexo V da IN SEGES/MP 05/2017 naquilo que couber.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 26404;

Fonte de Recursos: 81000000000;

Programa de Trabalho: 170832;

Elemento de Despesa: 449000;

Plano Interno: L20RLP01FIJ.

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo I – Termo de justificativas técnicas relevantes
- Anexo II – Estudos Técnicos Preliminares;
- Anexo III – Memorial Descritivo;
- Anexo IV – Projeto;

Governador Mangabeira, 25 de Abril de 2022.

Thianne Lopes Peixoto
Arquiteta e Urbanista

Aprovo o presente projeto básico

Lívia Tosta dos Santos
Diretora Geral

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

Processo nº 23337.250979.2020-11

OBJETO:

Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da obra do projeto de acessibilidade elaborado para o Campus Governador Mangabeira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

JUSTIFICATIVA: O objeto da presente licitação é (x) OBRA ou () SERVIÇO DE ENGENHARIA, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações:

A Contratação a ser firmada deve ser classificada como obra, uma vez que as intervenções realizadas através da reforma dos espaços do Campus, para acesso às pessoas com deficiência, trará mudanças significativas alterando as características iniciais das edificações. Para a referida contratação adotar-se-á a modalidade licitatória denominada Tomada de Preços, uma vez que o valor global estimado da obra enquadra-se nos limites estabelecidos por lei para esse tipo de modalidade.

2. ELABORAÇÃO DE PROJETO E DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO DE ENGENHARIA

JUSTIFICATIVA: No presente feito, o Projeto Básico ou Termo de Referência (x) FOI elaborado por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial.

3. REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

JUSTIFICATIVA: O regime de execução para a presente contratação é a () EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL ou (x) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO ou () TAREFA ou () EMPREITADA INTEGRAL, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações:

Classifica-se a modalidade de execução como empreitada por preço unitário, uma vez que o preço é fixado por unidade determinada. Os pagamentos serão realizados a partir da medição dos serviços efetivamente executados, de modo que não haverá riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

4. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, foram juntadas as planilhas sintéticas e as planilhas analíticas ao processo no SUAP sob número 23337.250979.2020-11. As referidas planilhas, assim como o projeto arquitetônico e complementares, foi elaborado por empresa contratada pelo Campus, através de pregão eletrônico.

5. ADOÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA DO SINAPI

JUSTIFICATIVA: No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (x) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013:

(x) pesquisa de mercado (detalhada no tópico seguinte).

JUSTIFICATIVA: Tais referenciais de custos foram adotados pelos motivos abaixo elencados:

Para alguns itens a composição de preços tomou como base a pesquisa de mercado, uma vez que não foram encontrados códigos compatíveis nas bases SINAPI e/ou ORSE. Pesquisar no mercado evita que os valores dos itens sejam considerados defasados, podendo comprometer o êxito do certame.

6. REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

JUSTIFICATIVA: No orçamento da presente licitação, (x) FOI realizada pesquisa de mercado para itens do orçamento não contemplados no SINAPI, adotando-se as diretrizes da IN SEGES/ME nº 73, de 2020, conforme documentos juntados aos autos em ().

Foram observados os seguintes aspectos para a elaboração do Mapa de Preços:

Para alguns itens a composição de preços tomou como base a pesquisa de mercado, uma vez que não foram encontrados códigos compatíveis nas bases SINAPI e/ou ORSE. Pesquisar no mercado evita que os valores dos itens sejam considerados defasados, podendo comprometer o êxito do certame. A metodologia de cálculo para inclusão dos valores dos itens que não foram contemplados nas bases SINAPI/ORSE, tomou como base a média das três pesquisas realizadas para os itens em questão.

7. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

JUSTIFICATIVA: No orçamento de referência da presente licitação:

(x) foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, foram juntadas as Curvas ABC relativas aos insumos no processo (x).

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (x) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos e as seguintes considerações (preencher se necessário):

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, o detalhamento do BDI:

() observa as diretrizes do art. 9º do Decreto nº 7.983, de 2013;

(x) observa os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU;

JUSTIFICATIVA: Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Administração central: () 1º quartil ou () médio ou (x) 3º quartil:

Para obra em questão foi utilizado do valor do 3º Quartil apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário”. Administração Central – 5,50%

Seguro e garantia: () 1º quartil ou () médio ou (x) 3º quartil:

Seguro-Garantia – 1,00%. Diante das particularidades da obra, que trata-se de uma reforma, utiliza-se o valor do 3º Quartil apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário”.

Risco: () 1º quartil ou (x) médio ou () 3º quartil:

Risco – 1,27%. Foi adotado o valor do 2º Quartil, já que a licitação será realizada por Regime de Empreitada por Preços Unitários, pois neste caso, a Administração assume os riscos das variações de quantitativos.

Despesa financeira: () 1º quartil ou (x) médio ou () 3º quartil:

Utilizou-se o valor do médio apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário”. Despesa Financeira – 1,23%

Lucro: () 1º quartil ou (x) médio ou () 3º quartil:

Para que o contrato seja mais atrativo, visto que trata-se de uma obra razoável, e complexa foi utilizado o valor do 2º Quartil apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário. Lucro – 7,4%.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, (x) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

“Caso, porém, seja comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens (art. 9º, § 1º, do Decreto nº 7.983/2013).”

JUSTIFICATIVA: Caso adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(x) foram observados os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(x) foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou (x) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Para que o contrato seja mais atrativo, visto que trata-se de uma obra razoável, e complexa foi utilizado o valor do 2º Quartil apresentado no “Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário. Lucro – 5,11%.

12. COMPOSIÇÃO DO CUSTO DIRETO DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, o custo direto de administração local:

(x) observa os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU;

JUSTIFICATIVA: O cronograma físico-financeiro (x) PREVÊ pagamentos proporcionais para o custo de administração local para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, em vez de reproduzir percentuais fixos.

13. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

JUSTIFICATIVA: No presente feito, as ARTs relativas aos documentos técnicos da licitação foram juntadas ao processo que originou a contratação da empresa especializada na elaboração de projetos arquitetônicos – SETTE Engenharia.

14. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

JUSTIFICATIVA: No presente feito, o cronograma físico-financeiro consta no processo.

15. ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação:

(x) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

() NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada.

Nessa hipótese, () ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivo pela contratada.

16. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. REGISTRO DA EMPRESA NO CONSELHO PROFISSIONAL

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (x) CREA ou ao (x) CAU ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

16.2. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-operacional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

(x) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de Construção das rampas dos blocos: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

16.3. POSSIBILIDADE DE SOMATÓRIO DOS ATESTADOS

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será () ACEITO ou (x) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência de apresentação de atestados para fins de qualificação técnica em licitação, prevista no art. 30, § 1º da Lei nº 8.666/93, tem como finalidade verificar se o licitante possui condições técnicas necessárias e suficientes para, em se sagrando vencedor do certame, cumprir o objeto de forma satisfatória.

“Nesse contexto, entendeu a medida razoável pois, em vista da complexidade e do ineditismo dos estudos a serem exigidos do vencedor da licitação, a soma da execução de vários pequenos serviços, de baixa complexidade e valores, não comprovaria que o licitante possui a experiência necessária para bem cumprir o objeto da licitação.” (Acórdão nº 2.032/2020 – Plenário)

Em se tratando de objeto de maior relevância com características específicas, que depende de seguir normas técnicas para o pleno funcionamento.

16.4. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-profissional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

(x) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de Construção das rampas dos blocos: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

16.5. EXIGÊNCIA DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, (x) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, através de declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual;

16.6. EXIGÊNCIA DE VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, a realização de vistoria será (x) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (x) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

As informações reunidas no Instrumento Convocatório e anexos podem ser suficientes e claras aos licitantes e, por essa razão, torna-se a vistoria facultativa.

17. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

JUSTIFICATIVA: O Projeto Básico () ADMITIU ou (x) NÃO ADMITIU a subcontratação na presente licitação, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações (preencher se necessário):

18. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

18.1. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será exigida a comprovação de (x) CAPITAL MÍNIMO ou (x) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% por cento sobre o valor total estimado da contratação.

19. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será (x) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de consórcios.

20. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será (x) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas.

21. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE

JUSTIFICATIVA: No presente feito, o Projeto Básico ou Termo de Referência () ou Projeto Executivo (x) incluiu critérios/práticas de sustentabilidade socioambiental (), de acessibilidade (x).

22. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será (x) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

23. OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, o sistema de registro de preços () FOI ou (x) NÃO FOI adotado.

Em caso de resposta positiva, o enquadramento do registro de preços se dá no inciso () I ou () II ou () III ou () IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, com base na seguinte motivação:

24. NATUREZA DA ATIVIDADE SE CONSTITUI OU NÃO ATIVIDADE DE CUSTEIO (DECRETO Nº 10.193/2019)

DECLARAÇÃO: No presente feito, com base nos critérios da Portaria nº 249/2012-MPOG, a natureza da atividade a ser contratada

A - () Não se constitui em Atividade de Custeio.

B - (x) constitui-se em Atividade de Custeio;

Considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 e o valor estimado da contratação, a autoridade assessorada:

B.1 (x) detém competência para celebrar o contrato;

B.2. () obterá autorização para celebrar o contrato.

Estudo Técnico Preliminar 11/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 23337.250979.2020-11

2. Descrição da necessidade

O campus Governador Mangabeira encontra-se em funcionamento no espaço onde antes funcionava a Escola de Formação de Praças da Polícia Militar do Estado da Bahia, espaço que, para o desempenho efetivo das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o acolhimento de todos, com limitações ou não, é inadequado pois necessita de diversas melhorias do que já se tem construído e, sem menor importância, para a acessibilidade de servidores e estudantes que exercem suas atividades diariamente neste local. O objetivo é tornar mais seguro o transitar das pessoas no Campus, mantendo sua integridade física e tornar-se uma escola inclusiva, onde aqueles com limitações ou mobilidade reduzida sintam-se capazes de frequentar os espaços e consigam desenvolver suas atividades.

O termo acessibilidade significa “ter acesso”, logo, faz-se necessária a reforma nas construções do Campus para que a nova arquitetura possível de ser implantada inclua estudantes com dificuldades motoras e que, muitas vezes, não encontram na cidade, escola preparada para que possam acolhê-los e contribua com sua autonomia nos espaços. São barras de apoio, sinalização, rampas, revestimentos seguros e vários outros itens tão essenciais que contribuem para garantir a segurança e autonomia das pessoas.

No campus Governador Mangabeira o livre trânsito das pessoas com ou sem deficiência física, mobilidade reduzida etc, é comprometido, pois, dada a estrutura antiga, não projetada para esse tipo de público, as condições de acessibilidade são praticamente inexistentes, tendo em vista a extensão do Campus e a variedade das atividades que acontecem nos espaços. O campus tem buscado implantar algumas medidas para facilitar a autonomia das pessoas portadoras de necessidades especiais, contudo, tem encontrado limitações nas condições orçamentárias para o volume de investimento necessário. Com o objetivo de diminuir a exclusão dessas pessoas do convívio social é que o Campus contratou empresa especializada de engenharia para a elaboração do projeto de acessibilidade das áreas construídas e buscou incessantemente a viabilização da execução da obra, que encontra-se orçado em R\$ 543.629,71.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	SILVIA FERNANDA SALES DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Pretende-se realizar uma Tomada de Preços para a execução da obra de acessibilidade para o Campus Governador Mangabeira, sendo essa a modalidade mais aplicável dado o valor da obra, que se enquadra ao máximo permitido na Lei 8666/93.

Para tanto os interessados devem possuir alguns requisitos necessários para a participação no certame e consequentemente para a contratação que são os previstos na Lei 8666/93 para esse tipo de contratação, ressaltando a importância de inscrição e regularidade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo Estadual (CAU), tanto da empresa quanto dos responsáveis técnicos, além das certidões de acervo técnico necessárias para comprovação da capacidade técnica da empresa contratada.

5. Levantamento de Mercado

O decreto 7983/2013 estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executado com recursos da União. No referido decreto encontramos:

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

A composição de preços das planilha orçamentária foi realizada com base na referida Tabela de Preços, atualizada pelo Setor de Engenharia da Reitoria. Acredita-se que seja um certame concorrido dada a existência de diversas empresas habilitadas nos Conselhos CREA ou CAU para a prestação do serviço pretendido. Após atualização, o valor ficou orçado em R\$ 543.629,71.

6. Descrição da solução como um todo

O campus Governador Mangabeira encontra-se em funcionamento no espaço onde antes funcionava a Escola de Formação de Praças da Polícia Militar do Estado da Bahia. espaço que, para o desempenho efetivo das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o acolhimento de todos, com limitações ou não, é inadequado pois necessita de diversas melhorias do que já se tem construído e, sem menor importância, para a acessibilidade de servidores e estudantes que exercem suas atividades diariamente neste local. O objetivo é tornar mais seguro o transitar das pessoas no Campus, mantendo sua integridade física e tornar-se uma escola inclusiva, onde aqueles com limitações ou mobilidade reduzida sintam-se capazes de frequentar os espaços e consigam desenvolver suas atividades.

O termo acessibilidade significa “ter acesso”, logo, faz-se necessária a reforma nas construções do Campus para que a nova arquitetura possível de ser implantada inclua estudantes com dificuldades motoras e que, muitas vezes, não encontram na cidade, escola preparada para que possam acolhê-los e contribua com sua autonomia nos espaços. São barras de apoio, sinalização, rampas, revestimentos seguros e vários outros itens tão essenciais que contribuem para garantir a segurança e autonomia das pessoas.

Somado a todo o contexto apresentado vale destacar a Lei 13.146 de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e traz como dever do Estado a promoção de condições para a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência para se sintam capazes de conduzir suas atividades de maneira autônoma, ou seja, o ambiente deve estar adequado para que possam transitar, se comunicar, entender e serem entendidas.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às e

No campus Governador Mangabeira o livre trânsito das pessoas com ou sem deficiência física, mobilidade reduzida etc, é comprometido, pois, dada a estrutura antiga, não projetada para esse tipo de público, as condições de acessibilidade são praticamente inexistentes, tendo em vista a extensão do Campus e a variedade das atividades que acontecem nos espaços. O campus tem buscado implantar algumas medidas para facilitar a autonomia das pessoas portadoras de necessidades especiais, contudo, tem encontrado limitações nas condições orçamentárias para o volume de investimento necessário. Com o objetivo de diminuir a exclusão dessas pessoas do convívio social é que o Campus contratou empresa especializada de engenharia para a elaboração do projeto de acessibilidade das áreas construídas e buscou incessantemente a viabilização da execução da obra, que encontra-se orçado em R\$ 543.629,71.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Pretende-se contratar a execução global do projeto, sem parcelamentos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor encontra-se estimado em R\$ 543.629,71.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução, para que atinja o objetivo de readequar os espaços do Campus e se torne acessível a todos, não pode ser parcelada, até porque a obra precisa ser realizada em sua totalidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratação paralela que seja fator preponderante para a contratação da execução da obra de acessibilidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano, vigente até final de 2020, traz como um dos programas o Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas – PROADA que tem como um dos objetivos estratégicos:

Dentre os objetivos estratégicos da instituição, consta a garantia de inclusão à pessoa com deficiência. Nos próximos cinco anos, o IF Baiano vai atuar nas quatro frentes básicas de acessibilidade que compõem a acessibilidade espacial:

- orientação espacial;
- comunicação;
- deslocamento;
- uso.

Dentre as ações já encampadas, destacam-se a readequação dos espaços físicos de alguns Campi e a exigência de que os novos projetos sejam produzidos conforme a ABNT NBR 9050:2004 em todas as licitações de obras e serviços de engenharia. Estas ações estão em-basadas na Política de Diversidade e Inclusão. Esta política interna encontra consonância nas políticas governamentais promovidas pelo Ministério da Educação, por isso, está embasada no Decreto nº 5.296/2004, regulamentador das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000. Em razão do atendimento à legislação, a instituição implantou em todos os campi o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE. Este núcleo busca assegurar junto à comunidade acadêmica o direito à igualdade, à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal, assim como à eliminação de tudo o que impeça o desenvolvimento pleno das pessoas com algum tipo de necessidade específica.

- Garantia, aos estudantes com necessidades específicas, das condições legais e adequadas, a fim de facilitar o processo de ensino aprendizagem, a convivência com a diversidade e o desenvolvimento profissional. Tais ações devem ser orientadas pelo NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas). Este Núcleo deve ser responsável pelo diagnóstico das necessidades específicas dos estudantes e posterior aquisição ou adequação dos recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos para assegurar a implantação de medidas de acessibilidade nos campi.

Traz também o interesse em criar grupos de trabalho para sugestões necessárias para a concretização das condições de acessibilidade em todos os espaços físicos, mobiliários e comunicacionais possíveis dos Campi, diagnóstico importante para o planejamento estratégico da Instituição.

12. Resultados Pretendidos

Pretende-se tornar os espaços do Campus acessíveis a todo o público, interno e/ou externo, de modo a exercitar continuamente ações para educação inclusiva, de modo a reduzir o número de estudantes marginalizados no município de Governador Mangabeira, carente de escolas e instituições de ensino que promovam condições ideais para pessoas com qualquer tipo de deficiência ou mobilidade reduzida.

13. Providências a serem Adotadas

As providências necessárias começam para a realização do certame, de modo que seja escolhido local adequado para o distanciamento social de, no mínimo 1,5m, entre os presentes.

Serão necessárias também a reorganização das aulas, dos ambientes onde são desenvolvidas outras atividades administrativas para que a obra possa causar o mínimo de transtorno possível no dia-a-dia do Campus.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Impactos ambientais deverão ser observados pelo Setor de Engenharia, bem como também analisado a cobrança de documentos a serem apresentados pelos licitantes, tais como o **Cadastro Técnico Federal** de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) que é o registro obrigatório de pessoas físicas e/ou jurídicas que realizam atividades passíveis de controle ambiental. Antes de realizar qualquer atividade no Campus Governador Mangabeira é necessário identificar se essa Atividade necessita do Cadastro Técnico Ambiental junto ao IBAMA.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, **DECLARAMOS** que **É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante.

16. Responsáveis

SANDOVAL SAMPAIO DA SILVA


Coordenador de Suprimentos e Logística

SÍLVIA FERNANDA SALES DOS SANTOS

Coordenador de Assuntos Estudantis

CARLOS RUBENS SILVA DEUTSCH

Coordenador Financeiro e Contábil

		PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	
	MÊS MARÇO - 2019		

MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DE ACESSIBILIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IFBA – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA

GOVERNADOR MANGABEIRA - BA



CONTRATO: 15-2017

DIRETOR GERAL SUBSTITUTO: DAIANA SILVA MAMONA NASCIMENTO

 <p>INSTITUTO FEDERAL BAIANO</p>	 <p>SETTE PROJETOS E SERVIÇOS</p>	PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	MÊS MARÇO - 2019

ÍNDICE:

- 1- **INTRODUÇÃO**
- 2- **OBRA CIVIL**
 - 2.1. **INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS**
 - 2.2. **SERVIÇOS PRELIMINARES**
 - 2.3. **CANTEIRO DE OBRAS**
- 3- **ESPECIFICAÇÕES**
 - 3.1. **PAVIMENTAÇÃO, PISOS E SINALIZAÇÃO**
 - 3.2. **CORRIMÃOS E GUARDA CORPOS**
 - 3.3. **PORTAS**
 - 3.4. **ESQUADRIAS**
 - 3.5. **PAREDES**
 - 3.6. **VIDROS**
 - 3.7. **AZULEIJOS**
 - 3.8. **COBERTURA**
 - 3.9. **LOUÇAS**
 - 3.10. **METAIS**
 - 3.11. **ACESSÓRIOS**
- 4- **LIMPEZA**

 INSTITUTO FEDERAL BAIANO	 SETTE PROJETOS E SERVIÇOS	PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	MÊS MARÇO - 2019

1. INTRODUÇÃO

O presente memorial tem por finalidade orientar a elaboração do orçamento, a execução da obra, bem como completar as demais peças que compõem o projeto para construção em epígrafe.

Os Projetos foram elaborados para atender a NBR 9.050/2015, bem como às leis federais de acessibilidade número 10.048/2000 e 10.098/2000.

Para atender o prazo estipulado, a execução da obra deverá ser executada em tempo integral.

As empresas deverão preencher todos os itens da planilha fornecida, havendo divergência de especificações entre os projetos, memoriais e planilha prevalecerão sempre às informações da planilha.

O Instituto Federal Baiano indicará locais adequados para depósito de materiais e canteiro de obras, o qual deverá haver o consentimento da administração. O acesso de materiais não deverá prejudicar o fluxo de pedestres e automóveis.

A empresa responsável pela execução das obras deverá estar atentar para o Código de Posturas do município, bem como as licenças pertinentes no âmbito Municipal.

A obra não iniciará sem obtenção de alvará para construção (quando necessário) e emissão da ART (CREA) e ou RRT (CAU).

Todos os materiais usados na obra deverão ser de qualidade, satisfazendo as especificações.

A mão de obra a empregar deverá também ser de qualidade, sendo a execução e acabamento dos trabalhos esmerados e seguindo os melhores padrões conhecidos em serviços congêneres.

Os trabalhos executados que não satisfaçam as condições estabelecidas poderão ser impugnados pelo Instituto Federal Baiano correndo por conta do empreiteiro as despesas necessárias para a correção (demolição e reconstrução e reposição de material) dos serviços impugnados.

 INSTITUTO FEDERAL BAIANO	 SETTE PROJETOS E SERVIÇOS	PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	MÊS MARÇO - 2019

Caso for julgado aconselhável à substituição de algum material especificado por outro, só poderá ser feita mediante autorização por escrito da fiscalização.

Competirá ao empreiteiro fornecer todo o ferramental, maquinário e equipamentos adequados para possibilitar uma perfeita execução dos serviços contratados.

Em caso de divergência entre cotas e desenhos e suas dimensões, medidas em escala, prevalecerão às primeiras.

2. OBRA CIVIL

2.1. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

A obra deverá estar perfeitamente identificável com placa de obra da empresa e do IF Baiano (que deverá ser executada conforme modelo fornecido). O alvará para construção, placas e ARTs / RRTs deverão ser providenciados antes do início da obra. Deverá haver um responsável técnico residente, para atuar constantemente na condução da obra.

2.2. SERVIÇOS PRELIMINARES



Demolições / Retirada:

Serão demolidos e retirados todos os itens especificados na planilha de orçamentos e projeto executivo. A obra deverá ser mantida em permanente limpeza, e com cuidados especiais quanto à segurança física e patrimonial.

Todo material retirado e ou demolido que não será utilizado posteriormente, conforme avaliação da fiscalização deverá ser removido do local conforme as condições impostas pelas regras do Instituto e/ou Município.

Todo serviço de retirada deverá ser feito com o maior cuidado possível e com mão de obra qualificada para que tenha o mínimo impacto possível à estrutura existente, assim como viga existente se existir.

Todo material reaproveitável proveniente de demolição é de propriedade do Instituto Federal Baiano. A fiscalização determinará qual ou quais os materiais reaproveitáveis e destinará o local onde deverão ser entregues e armazenados.

		PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	MÊS MARÇO - 2019

Esse questionamento deverá ser feito pelo executor para a fiscalização antes do início da obra.

2.3. CANTEIRO DE OBRAS

O Instituto Federal Baiano disponibilizará espaço e estrutura para que a empresa utilize como Canteiro de Obras.

3. ESPECIFICAÇÕES:

3.1. PAVIMENTAÇÃO, PISOS E SINALIZAÇÃO:

Piso:

Nos pisos externos onde será instalado o piso tátil de concreto, deverão ser recompostas as peças do piso existente que por ventura venham a ser danificadas.

Instalações Complementares:

Serão executadas conforme projeto, sendo que qualquer dúvida ou alteração que se faça necessária deverá ser consultada e aprovada pela Fiscalização do Instituto Federal Baiano, antes da execução.


Enchimento:

Deverá ser feito com cascote de obra, cimento e areia, conforme locais indicados em planta para nivelar o piso das rampas externas.

Execução:

Deverá ser moldado no local e a espessura da camada deverá ser prevista de modo que se obtenha a regularização da base e cubra todas as instalações de piso que foram executadas, de modo que o piso final com acabamento fique totalmente no mesmo nível.

A pavimentação a ser complementada deverá seguir o padrão existente:

 INSTITUTO FEDERAL BAIANO	 SETTE PROJETOS E SERVIÇOS	PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	MÊS MARÇO - 2019

Aplicação: No local onde o piso foi removido

- Piso em Granilite, Marmorite ou Ganitina
 - Espessura: 8 MM,
 - Incluso juntas de dilatação plásticas

- Rampas: As rampas externas e passeio - concreto desempenado devem ser aplicados sobre a terra compactada, uma camada de regularização e sobre esta uma nata de concreto desempenado. Aplicar sobre concreto tinta epóxi bicomponente de alta resistencia SW - 02, kit 18lts cimento 12 kg. dividir o cimentado em placas de no maximo 2,00m² com junta de dilatação plástica ou ripas de madeira, ou mesmo sulcos profundos cheios de areia que atinjam sempre a base de concreto

- Piso tátil de alerta/direcional - EXTERNO
 - Material: Cimentício com agregado de mármore e granito
 - Tipo: Placa
 - Modelo: Alerta ou direcional
 - Cor: Amarelo - Dimensões: 25,0 x 25,0 cm
 - Espessura: 3,0 cm
 - Textura e desenho: conforme NBR 9.050/2015 – sinalização podo tátil de alerta.
 - Peso por/m² = 76Kg
 - Fabricante: Tecnogram (ou equivalente)
 - Aplicação: Com o uso da maquina, cortar o local a ser colocado, assentar com cimento e areia (3:1) Deixar 12 horas intransitável.
 - Rejuntamento: Iniciar o rejuntamento após 12 horas do término do assentamento dos pisos.

Deve ser executado em duas ou mais etapas, utilizando--se material específico (cimento comum cinza ou cimento branco estrutural) e variando a quantidade de água (rejunte inicial mais mole para fechamento total). Remover os excessos antes de secar.

Obs.: Nos locais onde não for possível fazer recorte com maquina, retirar a peça do piso existente e fazer novo acabamento e recomposição do mesmo.

		PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	MÊS MARÇO - 2019

- Piso tátil de alerta/direcional – INTERNO:

- Material: Borracha macia, atóxica, reciclada e granulada
- Tipo: Placa
- Modelo: Alerta ou direcional
- Cor: Azul
- Dimensões: 25,0 x 25,0 cm
- Espessura: 2mm
- Textura e desenho: conforme NBR 9.050/2015 – sinalização podo tátil de alerta ou direcional
- Aplicação: colado com cola de contado para borracha, conforme especificação do fabricante
- Fabricante: Brasibor (ou equivalente)
- Instruções para instalação:

- 1 - Abrir uma quantidade suficiente de caixas de placas de piso para dispor da quantidade de material necessário para cobrir cada área.
- 2 - Misturar as peças das diversas caixas para garantir que não ocorram variações de tons em nenhuma área específica.
- 3 - Com o auxílio do esquadro fazer uma marcação com fita adesiva na área que receberá ataque químico com solventes e adesivos.
- 4 - Examinar as superfícies e as áreas adjacentes onde os produtos serão instalados e verificar se estão protegidas, vedadas.
- 5 - Retirar qualquer tinta, ceras, seladores e compostos de cura não compatível com o adesivo a ser utilizado. Usar solvente, espátula e trapos.
- 5 - Espalhar adesivo no piso na quantidade suficiente para permitir a instalação dos materiais de piso antes da secagem inicial. Evitar respingos fora do piso, como em paredes, esquadrias, etc.
- 6 - Espalhar adesivo no verso das placas de borracha. Verificar se o piso e placas de borracha estão levemente secos e inicie a colagem peça por peça.
- 7 - Aplicar pisos de borracha sobre base de concreto somente após atingir cura superior a 28 dias O piso tátil deverá ser instalado sobre superfície lisa e firme.
- 8 - Verificar se o piso está isento de óleo, graxa, poeira ou outras substâncias que possam prejudicar a adesão das placas de borracha.
- 9 - Ajuste o layout das peças de forma a evitar a necessidade de unidades menores que ½ peça



 INSTITUTO FEDERAL BAIANO	 SETTE PROJETOS E SERVIÇOS	PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	
	MÊS MARÇO - 2019		

- Fita de piso – ESCADA
 - Material: Policarbonato
 - Tipo: faixa
 - Cor: Amarela
 - Largura: 3 cm
 - Textura e desenho: conforme NBR 9.050/2015 – sinalização visual de degraus
 - Fabricante: Andaluz Acessibilidade (ou equivalente)
 - Aplicação: fita dupla face ou cola de contato
 Como sinalização visual de alerta nos extremos dos degraus da Escada.

- Pintura de piso – ESTACIONAMENTO PNE
 - Material: Esmalte Sintético Automotivo
 - Tipo: Esmalte Sintético Automotivo, secagem ultrarrápida
 - Cor: Amarela demarcação, Branco e Azul Especial (pantone 2925C). - Acabamento: Acetinado
 - Textura e desenho: conforme NBR 9.050/2015 – sinalização e tipos de vagas para veículos / símbolo internacional de acesso
 - Fabricante: Tintas Coral (ou equivalente)
 - Aplicação: Circulação, vaga para cadeirantes, idosos e gestantes e pictograma internacional de acesso no estacionamento.
 - Nº de demãos: 02, no mínimo.

3.2. CORRIMÃOS E GUARDA CORPOS

- Corrimão metálico – ESCADA
 - Material: Aço - Tipo: Inox ou Galvanizado
 - Modelo: Tubular de 5cm de diâmetro conforme projeto
 - Cor: Cromado
 - Fixação: conforme projeto
 - Aplicação: escadas e rampas
- Guarda Corpos
 - Material: Aço – Tipo: Inox ou Galvanizado
 - Modelo: Tubular de 4cm de diâmetro conforme projeto
 - Cor: Cromado

		PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	
	MÊS MARÇO - 2019		

- Fixação: conforme projeto
- Aplicação: escadas

Para a instalação o CONSTRUTOR deverá fornecer o corrimão de metal de acordo com a NB 9050/2015 fornecendo todo material e executando todos os serviços necessários para a perfeita execução conforme detalhes na prancha do projeto arquitetônico.

3.3. PORTAS



- Portas de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo, revestidas com laminado melamínico. Atender as dimensões e especificações orientadas no projeto arquitetônico

3.4. ESQUADRIAS

- 290 x 120cm: 1 módulo de quatro folhas 290x90, sendo as duas de correr e duas fixas com contramarco em alumínio anodizado natural e vidro incolor e=6mm - linha suprema
- 80 x 150cm: 2 módulos, 1 módulo tipo máx.ar de 90x110cm e 1 módulo fixo de 90x30cm com contramarco em alumínio anodizado natural e vidro incolor e=6mm - linha suprema
- 380 x 120cm: 1 módulo de quatro folhas 380x90, sendo as duas de correr e duas fixas com contramarco em alumínio anodizado natural e vidro incolor e=6mm - linha suprema

3.5. PAREDES

- Pintura em tinta acrílica super lavável semibrilho (duas demãos) sobre alvenaria convencional de e: 12cm com revestimento em reboco paulista traço 1:2:7 (cimento, cal reidratada e areia lavada) em massa acrílica - alvenaria externa, nas cores Caminhos do jardim, verde colonial, cidade antiga e branco cru, de acordo com o projeto arquitetônico.

		PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	MÊS MARÇO - 2019

3.6. VIDROS

- Vidro fumê temperado, E: 10mm

3.7. AZULEIJOS

- Azulejo branco Cristal 20 x 20cm

3.8. COBERTURA

- Laje pré-moldada de isopor com painéis treliçados e malha de aço, com cobertura de concreto usinado. Necessário projeto específico estrutural para implantação. A mesma deverá ser revestida com gesso para teto e pintura na cor branco neve.
- Telha fibrocimento ondulada, e: 8mm, sobre madeiramento de peroba ou perobinha, necessário projeto específico de cobertura para implantação.

3.9. LOUÇAS



- Lavatório c/ louça branca pne c/ coluna 54x44cm – NBR 9050/2015, conforme projeto arquitetônico e planilha orçamentária.
- Bacia sanitária para PNE – NBR 9050/2015 s/ abertura frontal

3.10. METAIS

- Válvulas de descarga metálica base 1 1/2" cromado;
- Torneira para lavatórios sanitários presmatic antivandalismo cromado;

3.11. ACESSÓRIOS

Os acessórios deverão ser aplicados conforme projeto arquitetônico, e referem-se a instalações a serem executadas nos sanitários acessíveis, conforme abaixo:

 INSTITUTO FEDERAL BAIANO	 SETTE PROJETOS E SERVIÇOS	PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	MÊS MARÇO - 2019



- Papeleira de louça branca
- Barras de apoio 80 cm cromado - I.S. acessível
- Barras de apoio em L, largura:100cm cromado - banho acessível
- Assento sanitário almofadado cor branca
- Espelho cristal, 60x90cm, acabamento reto c/ moldura alumínio, inclinação 10° em relação à parede, 4mm - sanitários acessível

4. LIMPEZA

Limpeza Permanente da obra:

A obra deverá ser mantida limpa e livre de entulhos, devendo ser removidos do local, diariamente, todos os detritos, embalagens e demais elementos não necessários aos serviços. O CONSTRUTOR deverá efetuar no final de cada jornada de trabalho, a remoção e principalmente a limpeza local, de todos os detritos e entulhos provenientes dos trabalhos executados, de forma que a cada início de expediente o local fique em condições de trabalho. Em toda a área de Intervenção atingida pela Reforma. Limpeza Final da obra: Deverá ser feita uma limpeza geral fina, de modo que a obra fique em condições de imediata utilização. Para fins de recebimento dos serviços serão verificadas as condições dos pisos, vidros, revestimentos, etc., ficando o CONSTRUTOR obrigado a efetuar os arremates eventualmente solicitados pela Fiscalização. Em toda a área de Intervenção atingida pela Reforma.

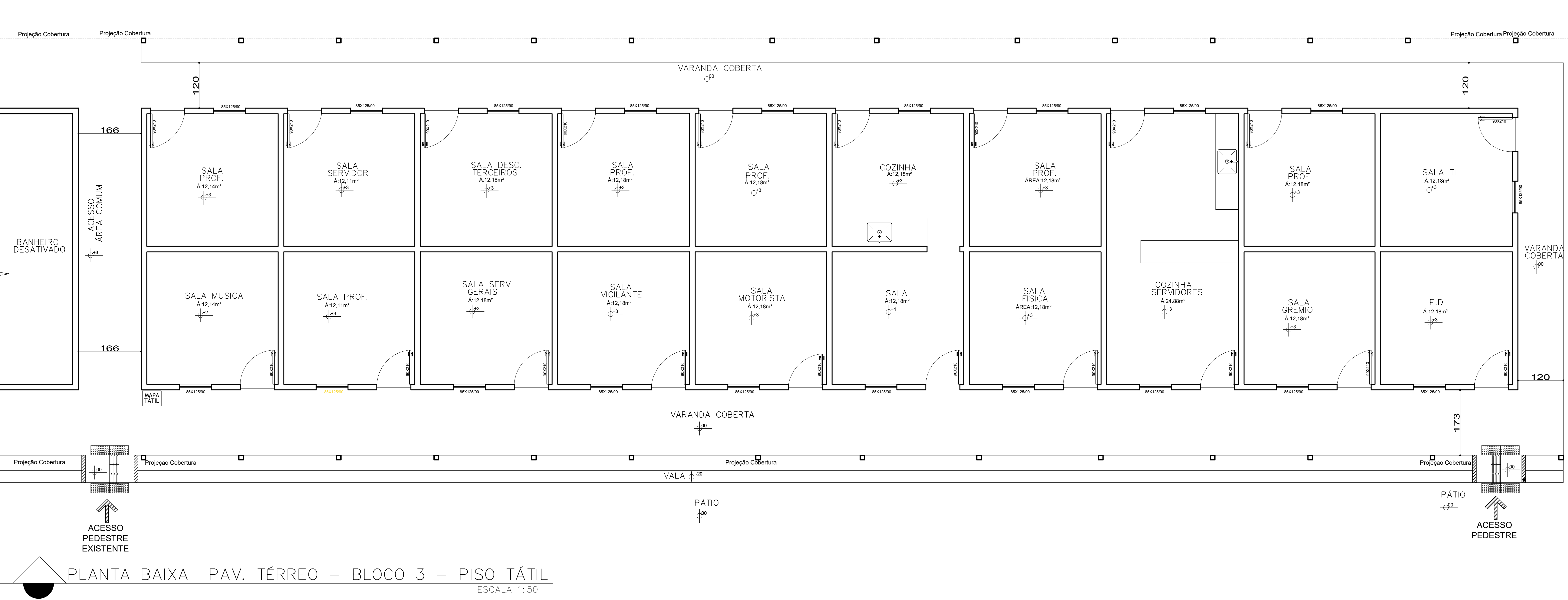
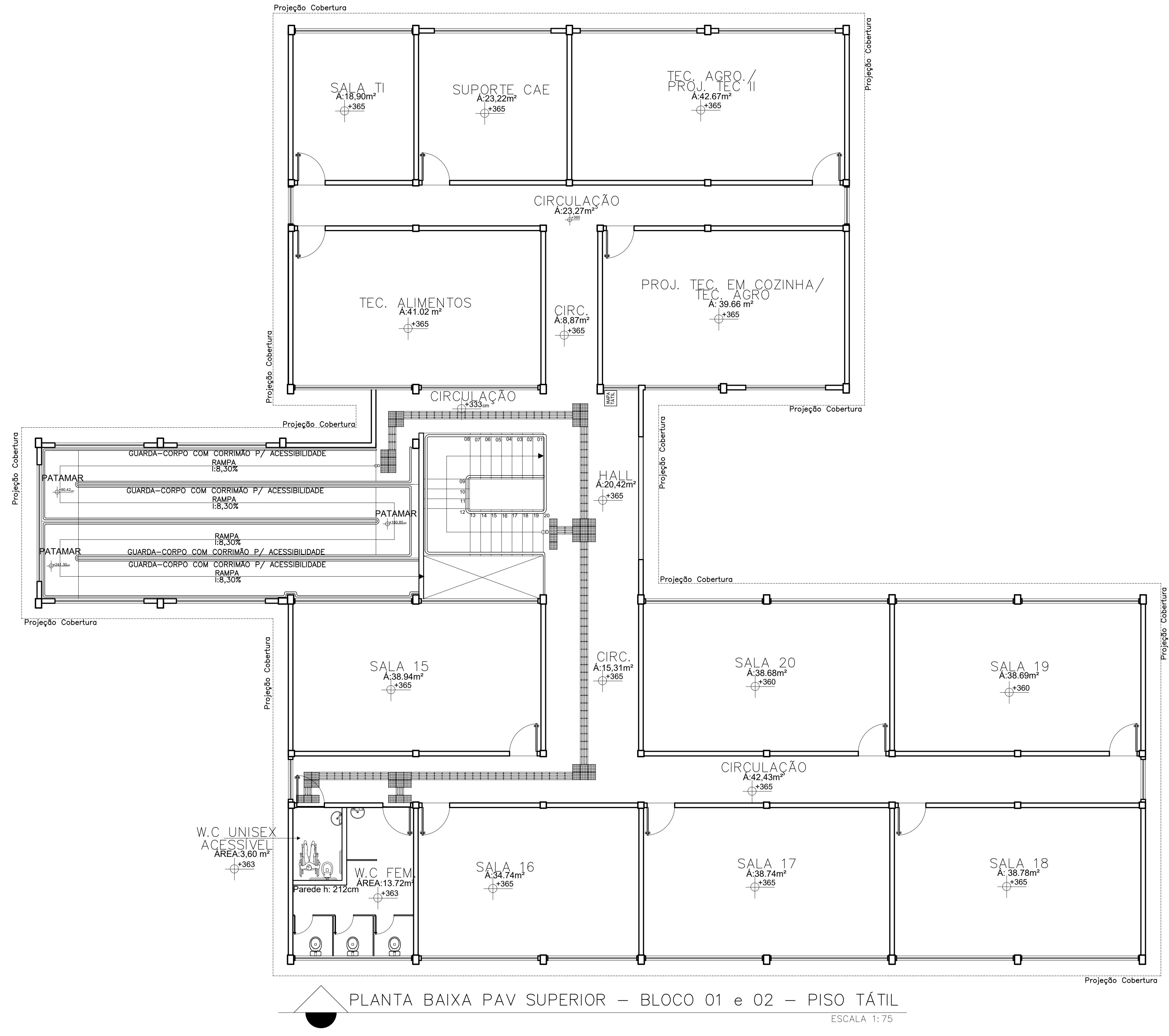
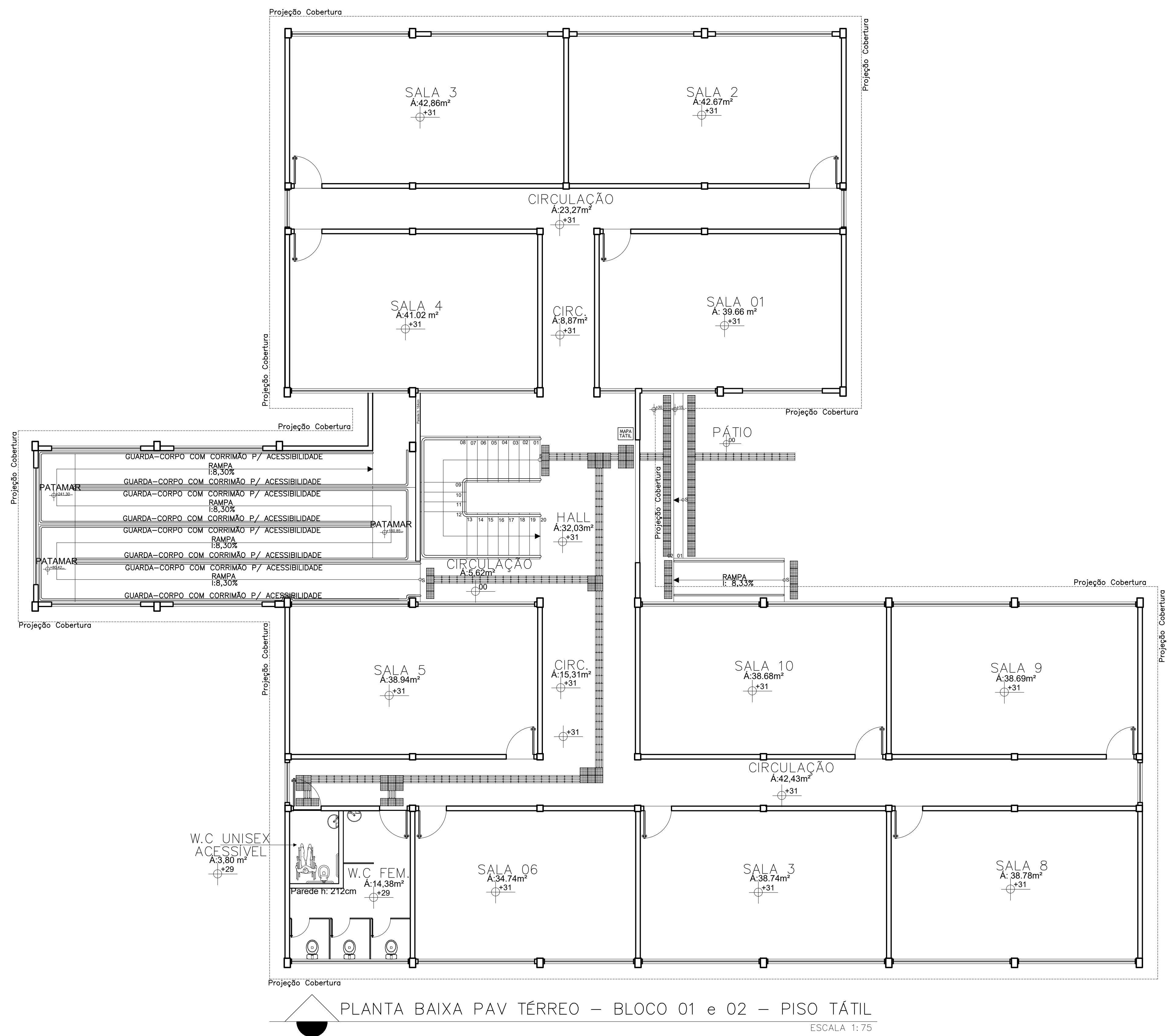
Governador Mangabeira, 23 de janeiro de 2019..

		PROJETO DETALHADO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTO	
TÍTULO PROJETO DETALHADO DE ACESSIBILIDADE IF BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA MEMORIAL DESCRITIVO	Nº CONTRATO 15-2017	REV. 01	
	MÊS MARÇO - 2019		

SETTE PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ:28.487.318/0001-68

Autora do Projeto: Arquiteta Wanessa Cardoso Siqueira – CAU-MG: A74173-6

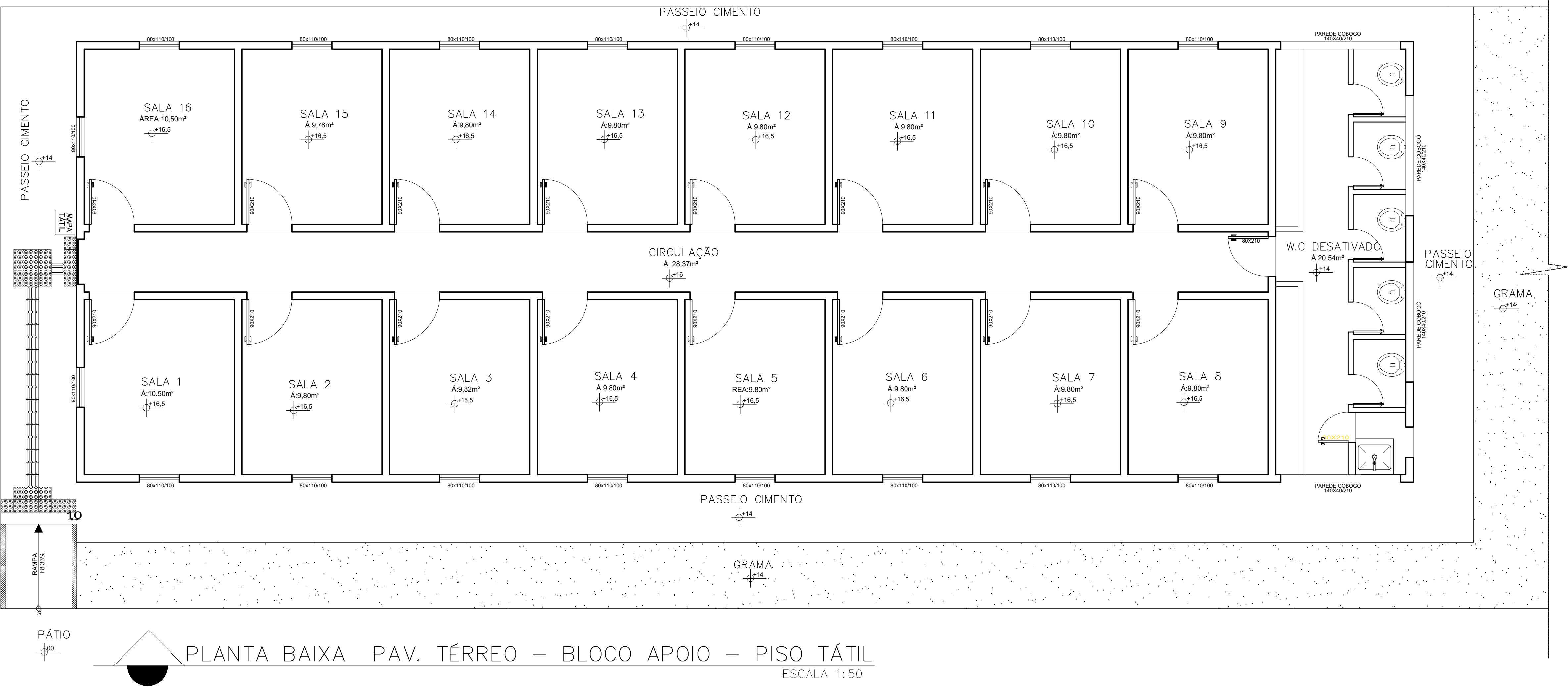
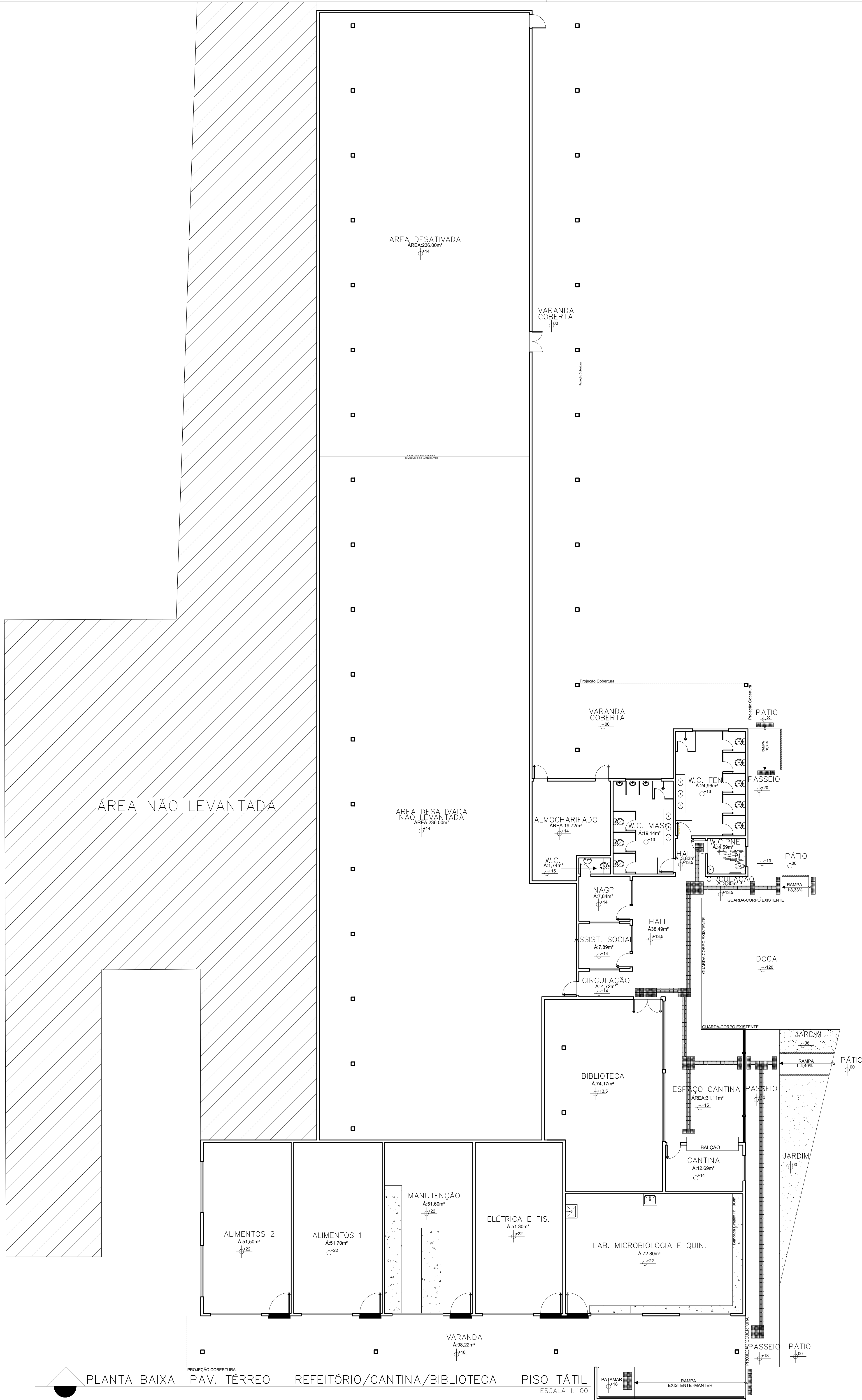


QUADRO DE ÁREA:	
PRÉDIO APOIO: A:	234,96 m²
PRÉDIO BLOCO 3 A:	271,10 m²
PRÉDIO REFEITÓRIO/CANTINA/BIBLIOTECA/LABORATÓRIO: A:	1.733,22m²
PRÉDIO BLOCO 1 x 2: A:	1.160,27 m² x 2= 2.320,54 m²
PRÉDIO ADM: A:	812,76 m² + 65,45m² = 878,41m²
PRÉDIO GUARITA: A:	16,28 m²

INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRAS		WANESSA CARDOSO SIQUEIRA ARQUITETA - CAU: A74173-6 Resp. Técnico
Folha: 01/08	Projeto Completo - R07	Esc. INDICADA
CONTEÚDO:	Assunto: PROJETO DE ACESSIBILIDADE	
- PLANTA BAIXA PISO TÁTIL	Ocupação: FBA - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA	
- QUADRO DE ÁREA	Local: GOVERNADOR MANGABEIRA - BA	
	Prop.: INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	
	Resp. Técnico: WANESSA CARDOSO SIQUEIRA /CAU: A74173-6	
	Área do Terreno: 25.272,64 m² Área Total: 4.228,32 m²	
	Desenho: WANESSA CARDOSO	

SETTE
PROJETOS E SERVIÇOS

SETTE PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI
RUA TIMBIRAS, 340, BAIRRO VIGILATO PEREIRA,
UBERLÂNDIA - MG - CEP: 38.408-418
CNPJ: 28.487.318/0001-68
EMAIL: setteprojetos@hotmail.com
FONE: (34) 3217-4373-9 9203-9750-9 9838-6910



MODULAÇÃO DE PISO TÁTIL DIRECIONAL

MODULAÇÃO DE PISO TÁTIL ALERTA

DETALHE CONSTRUTIVO - PISO TÁTIL

PLANTA ESCALA 1:50

165" x X = 180"

150" x X = 165"

FONTE: ABNT NBR 9050/2004 Segunda edição 31.05.2004
Válida a partir de 30.06.2004

DETALHE - PLACA SINALIZAÇÃO

MULHER

PLANTA SEM ESCALA - COTAS EM MILÍMETROS

CORTE

PLACA COM INFORMAÇÃO VISUAL DEVE SER FIXADA NO CENTRO DA PORTA A UMA ALTURA MÍNIMA DE 1,40 MTS E MÁXIMA DE 1,45 MTS DO PISO ATÉ A BASE DA PLACA.

DETALHE - MODULAÇÃO DE PISO TÁTIL ALERTA

PLANTA ESCALA 1:25

CORTE ESCALA 1:5

PLANTA ESCALA 1:10

DETALHE - SOLEIRA

ACESSO

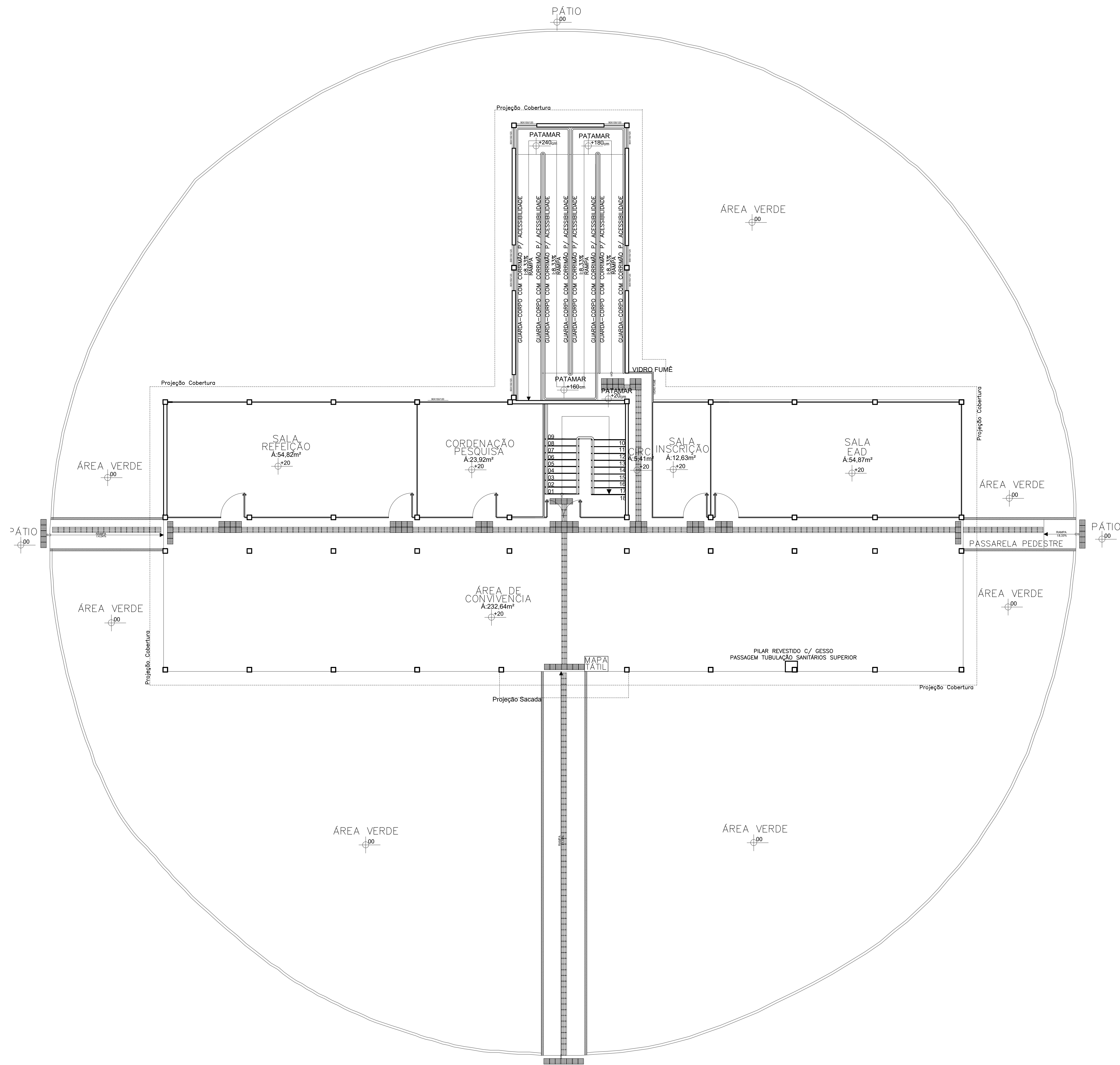
AMBIENTE 1

CORTE - PORTA (SOLEIRA) ESCALA 1:50

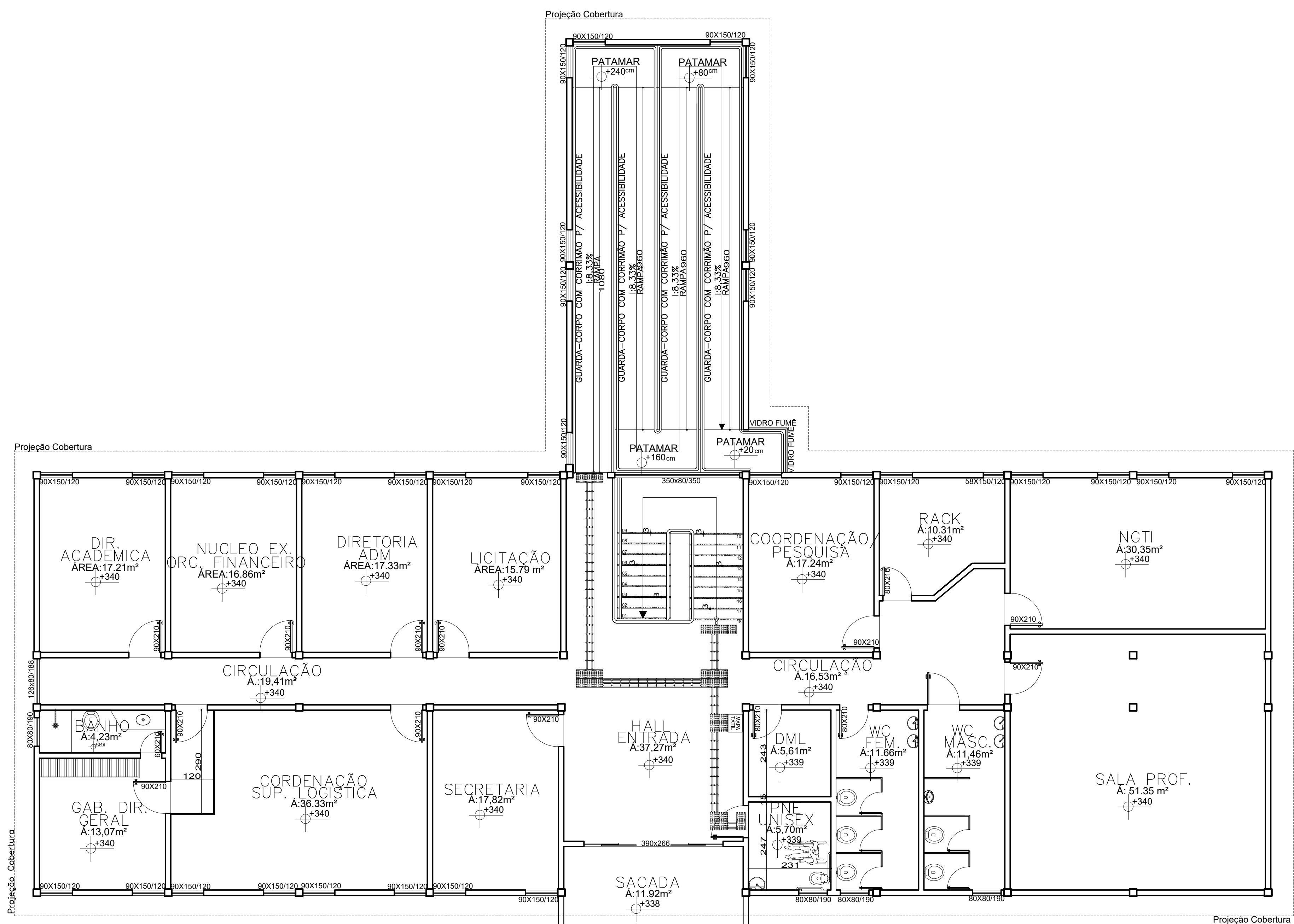
INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRAS		WANESSA CARDOSO SIQUEIRA ARQUITETA - CAU A74173-6 Resp. Técnica
Folha: 02/08	Projeto Completo - R07	Esc. INDICADA
CONTEÚDO:	Assunto: PROJETO DE ACESSIBILIDADE	
- PLANTA BAIXA	Ocupação: FBA - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA	
- PISO TÁTIL	Local: GOVERNADOR MANGABEIRA - BA	
- DETALHES	Prop.: INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	
Resp. Técnico: WANESSA CARDOSO SIQUEIRA / CAU A74173-6		
Área do Terreno: 25.272,64 m²		Área Total: 4.228,32 m²
Desenho: WANESSA CARDOSO		

SETTE
PROJETOS E SERVIÇOS

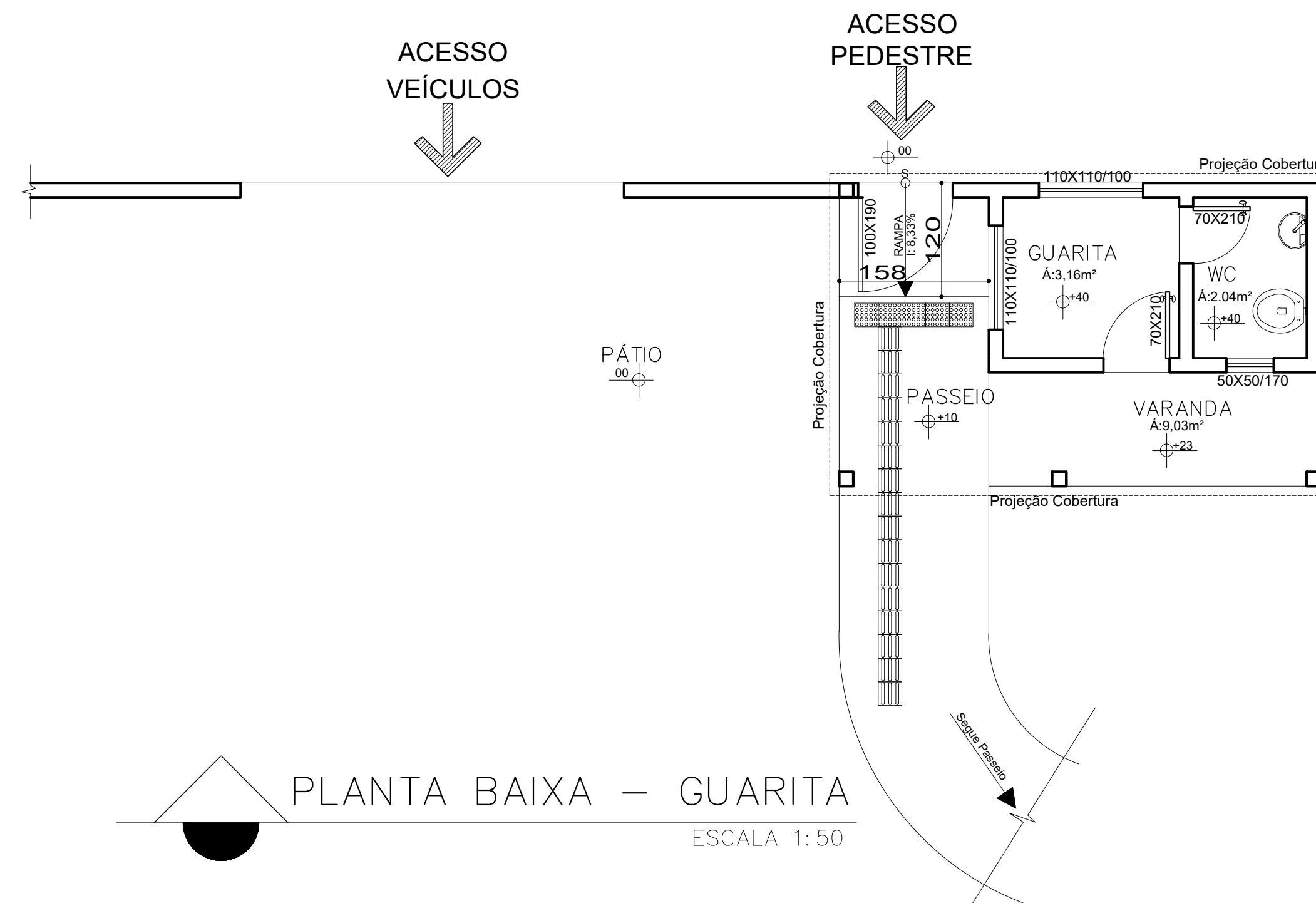
SETTE PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI
RUA TIMIRAS, 340, BAIRRO VIGILATO PEREIRA,
UBERLÂNDIA - MG - CEP: 38.408-418
CNPJ: 28.487.318/0001-68
EMAIL: setteprojetos@hotmail.com
FONE: (34) 3217-4373-9 9203-9750-9 9938-6910



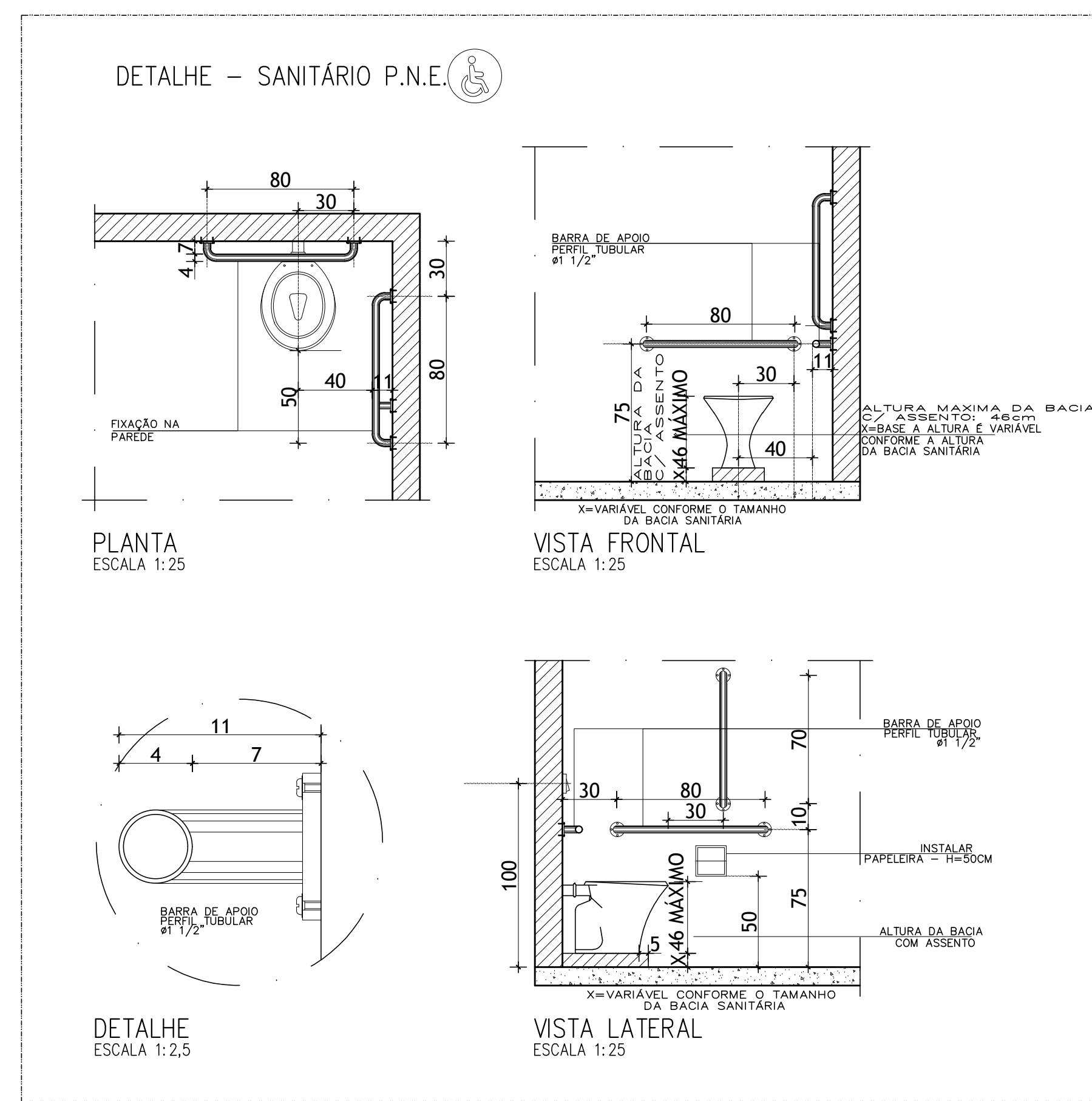
PLANTA BAIXA PAV. TÉRREO – BLOCO ADM – PISO TÁTIL
ESCALA 1:75



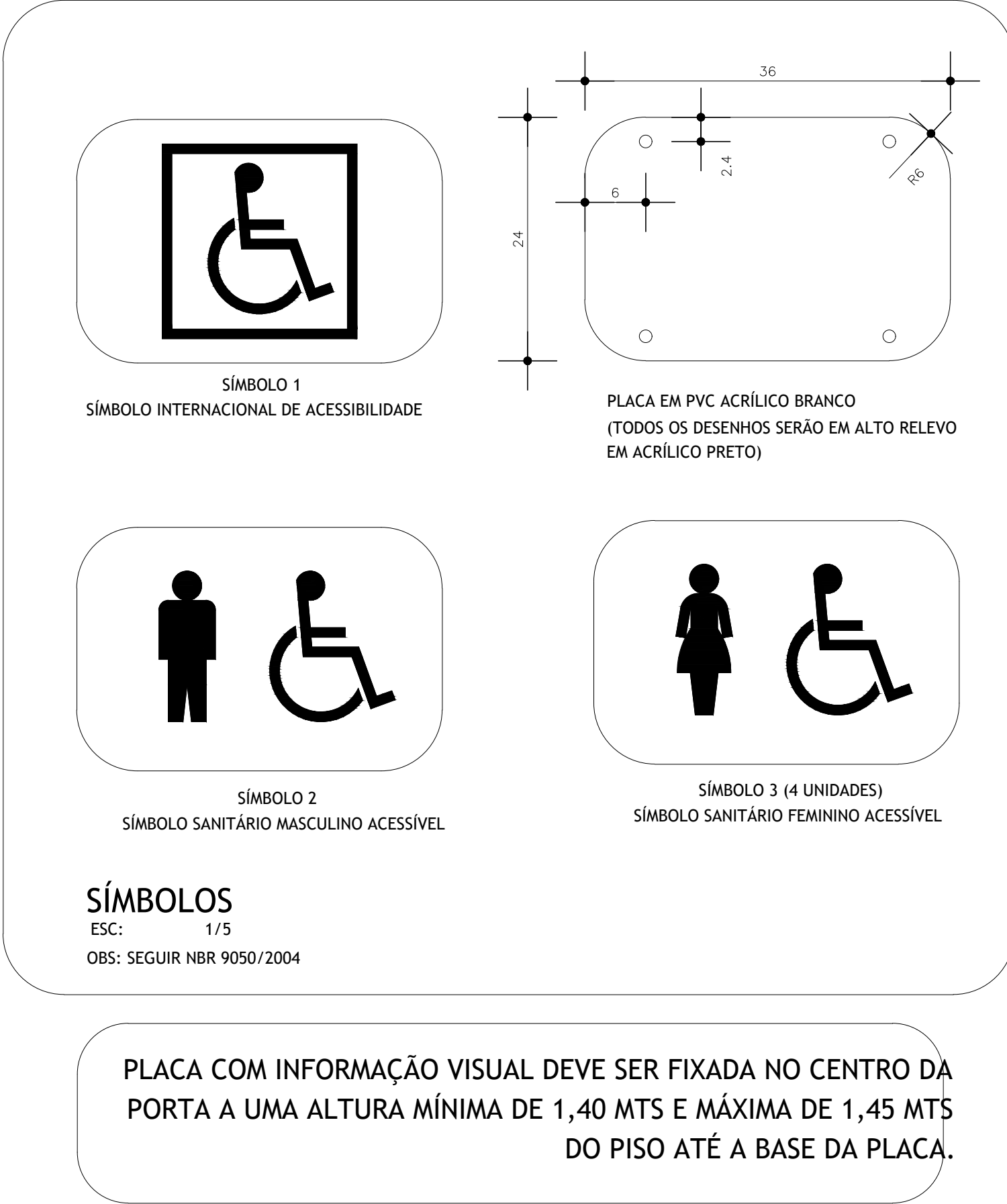
PLANTA BAIXA PAV. SUPERIOR – BLOCO ADM – PISO TÁTIL
ESCALA 1:75



PLANTA BAIXA – GUARITA
ESCALA 1:50



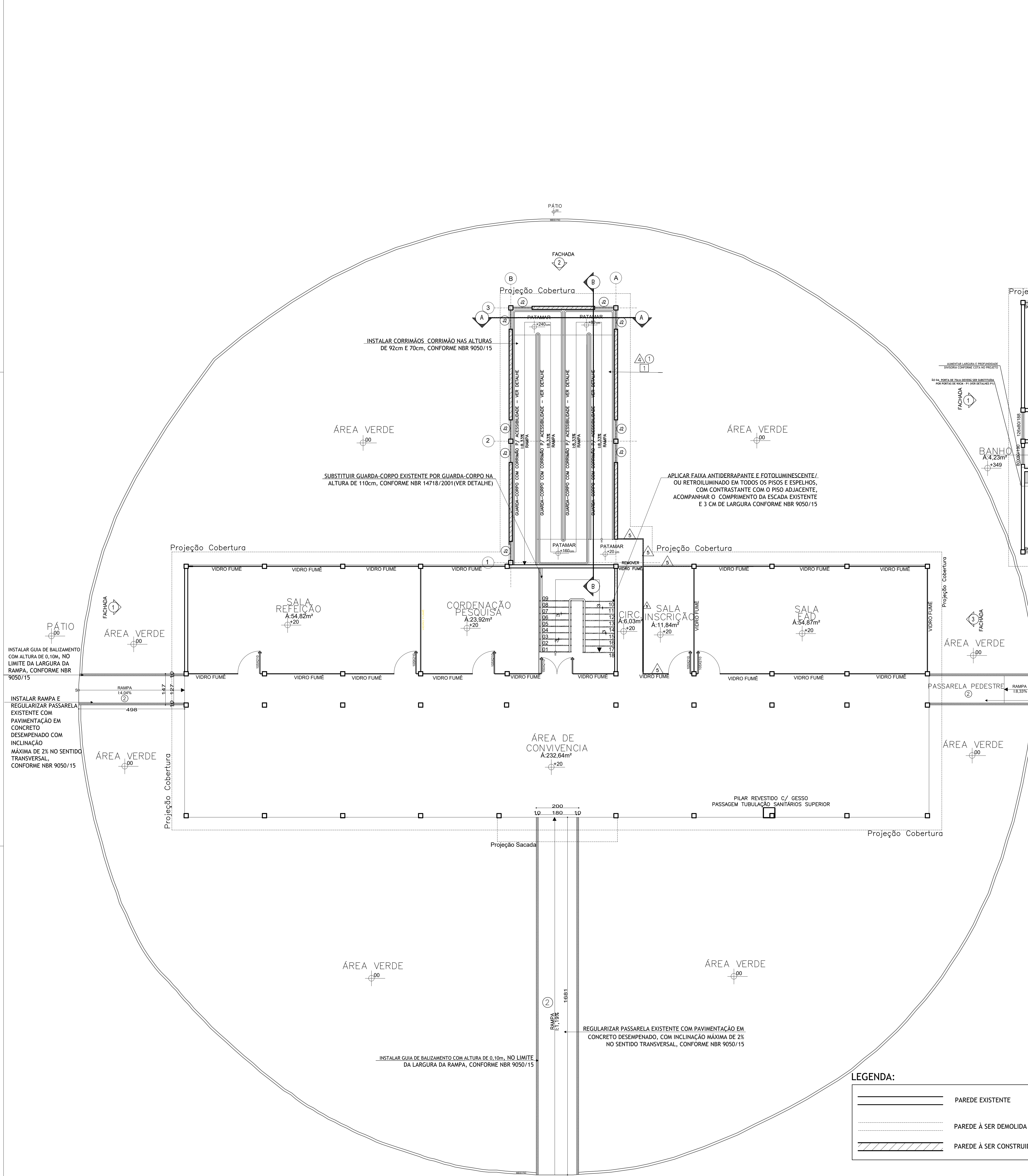
INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRAS		WANESSA CARDOSO SIQUEIRA ARQUITETA - CAU A74173-6 Resp. Técnica	
Folha: 03/08	Projeto Completo R07	Esc. INDICADA	
CONTEÚDO:	Assunto: PROJETO DE ACESSIBILIDADE		
	Ocupação: FBA – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA		
	Local: GOVERNADOR MANGABEIRA – BA		
	Prop.: INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO		
	Resp. Técnico: WANESSA CARDOSO SIQUEIRA /CAU. A74173-6		
	Área do Terreno: 25.272,64 m² Área Total: 4.228,32 m²		
	Desenho: WANESSA CARDOSO		
SETTE PROJETOS E SERVIÇOS		SETTE PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI RUA TIMBIRAS, 340, BAIRRO VIGILATO PEREIRA, UBERLÂNDIA - MG - CEP: 38.408-418 CNPJ: 28.487.318/0001-68 EMAIL: setteprojetos@hotmail.com FONE: (34) 3217-4373-9 9203-9750-9 9938-6910	



<p>INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRAS</p>		<p>WANESSA CARDOSO SIQUEIRA ARQUITETA - CRU. 474173-6 Resp. Técnico</p>	
<p>Folha: 05/08</p>	<p>Projeto Completo – R07</p>		<p>Esc. INDICADA</p>
<p>CONTEÚDO:</p> <p>– PLANTA BAIXA ACESSIBILIDADE – DETALHES</p>	<p>Assunto: PROJETO DE ACESSIBILIDADE</p> <p>Ocupação: IFRBA – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA</p> <p>RUA WALDEMAR MASCARENHAS, S/N, Local: GOVERNADOR MANGABEIRA – BA</p> <p>Prop.: INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO</p> <p>Resp. Técnico: WANESSA CARDOSO SIQUEIRA /CAU. 474173-6</p> <p>Área do Terreno: 25.272,64 m² Área Total: 4.228,32 m²</p> <p>Desenho: WANESSA CARDOSO</p>		

SETE
PROJETOS E SERVIÇOS

SETE PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI
RUA TIMBIRAS, 340, BAIRRO VIGILATO PEREIRA,
UBERLÂNDIA - MG - CEP: 38.408-418
CNPJ: 28.487.318/0001-68
EMAIL: setteprojetos@hotmail.com
FONE: (34) 3217-4373 - 9.9203-9750-9.9938-6910

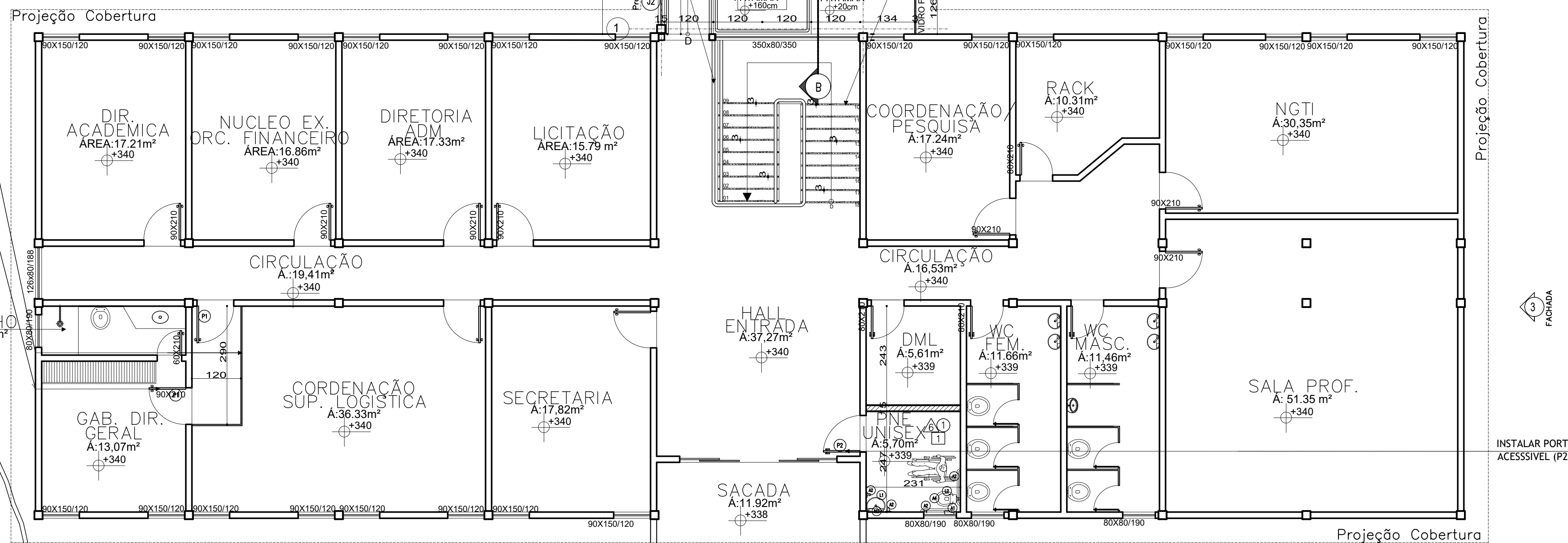


PLANTA BAIXA PAV. TÉRREO – BLOCO ADM – ACESSIBILIDADE

ESCALA 1:75

LEGENDA:

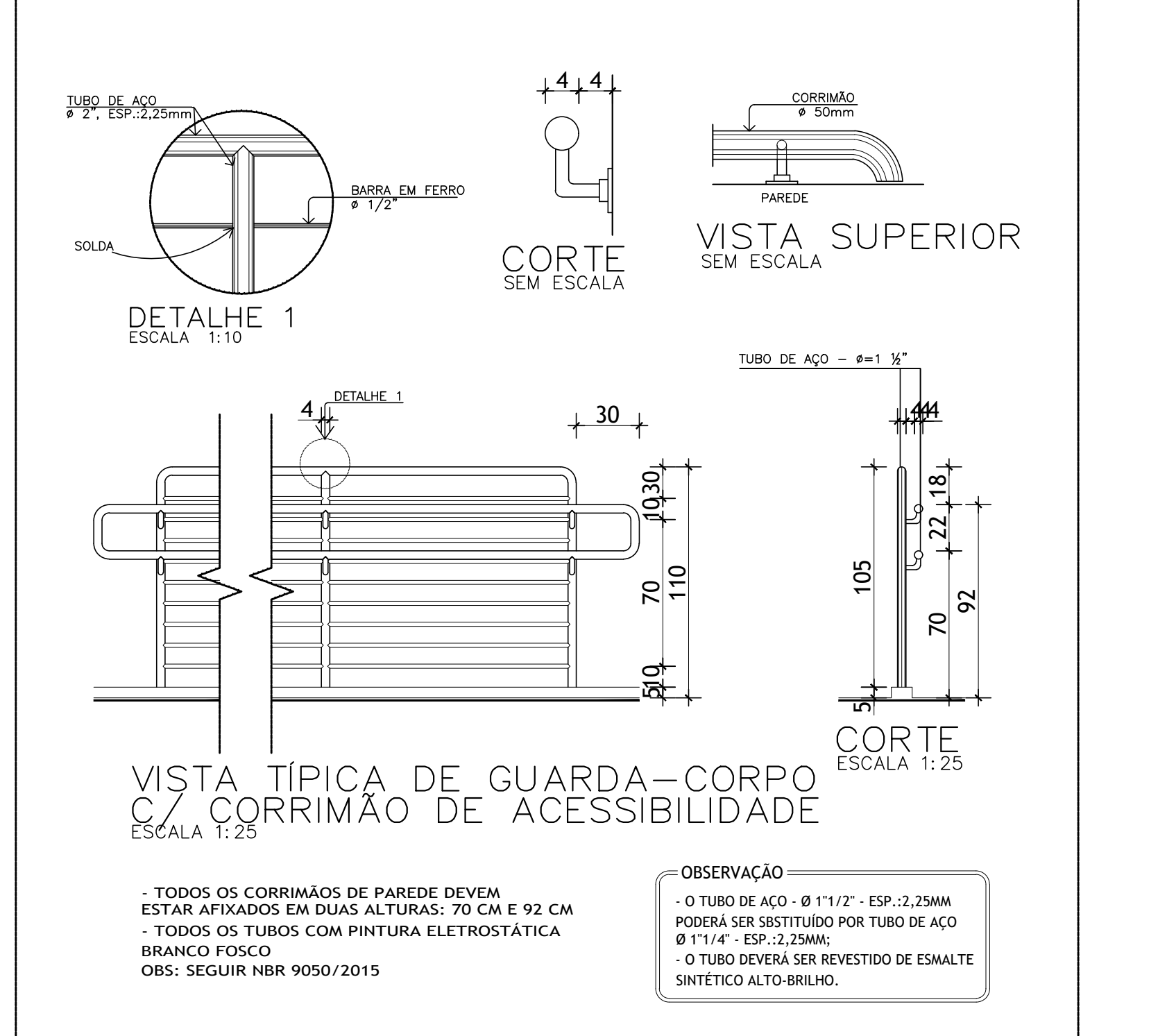
- PARDE EXISTENTE
- PARDE À SER DEMOLIDA
- PARDE À SER CONSTRUIDA
- VIDRO FUMÊ À SER INSTALADO
- VIDRO FUMÊ À SER REMOVIDO



PLANTA BAIXA PAV. SUPERIOR – BLOCO ADM – ACESSIBILIDADE

ESCALA 1:75

DETALHE – RAMPA, CORRIMÃO E GUARDA-CORPO



PLANTA BAIXA – GUARITA

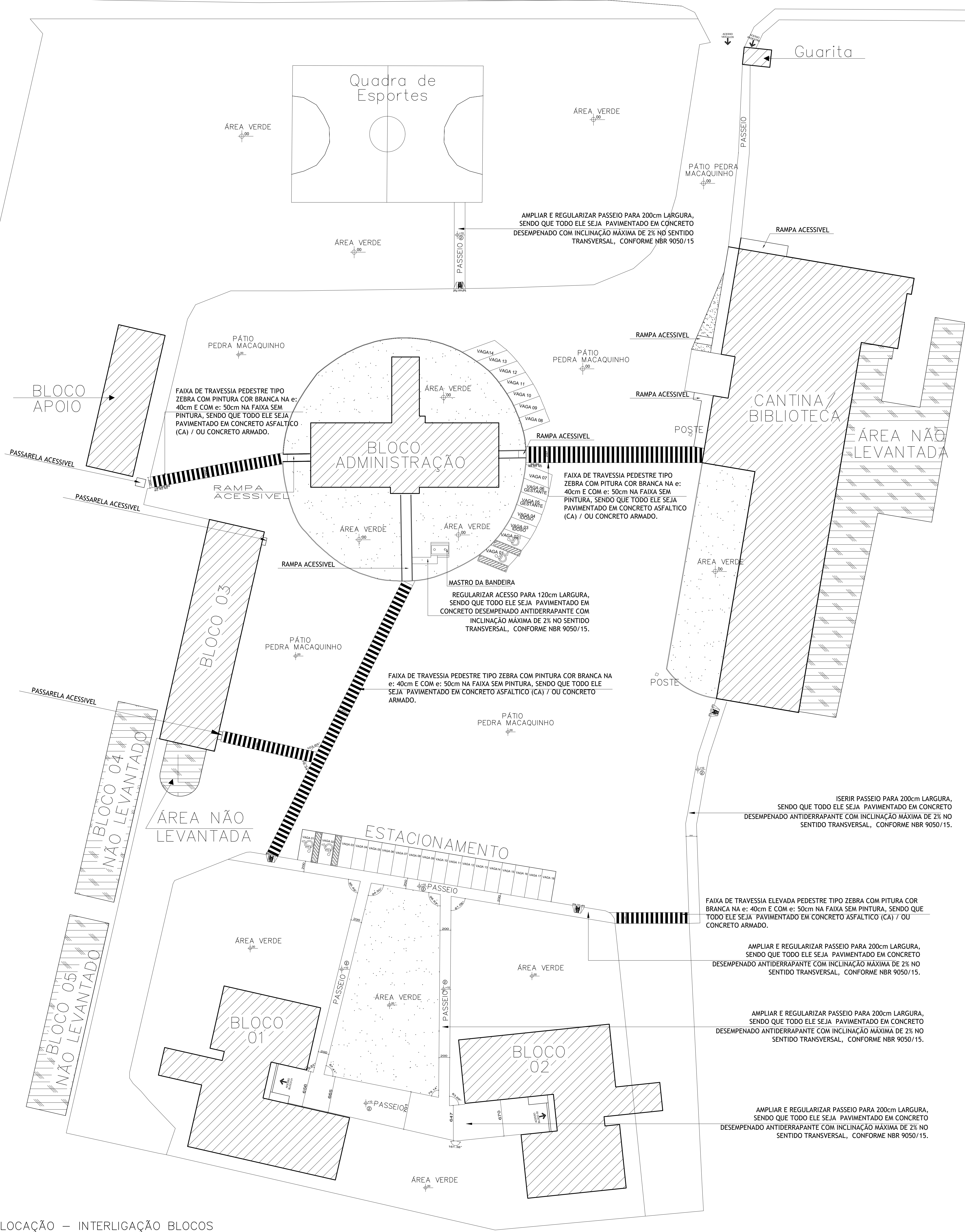
ESCALA 1:50

INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA		WANESSA CARDOSO SIQUEIRA ARQUITETA - CAU A74173-6 Resp. Técnico	
Folha: 06/08	Projeto Completo – R07		Esc. INDICADA
CONTEÚDO:	Assunto: PROJETO DE ACESSIBILIDADE		
	Ocupação: FBA – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA		
	Rua: WALDEMAR MASCARENHAS, S/N.		
	Local: GOVERNADOR MANGABEIRA – BA		
	Prop.: INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO		
Resp. Técnico: WANESSA CARDOSO SIQUEIRA /CAU. A74173-6		Área do Terreno: 25.272,64 m²	
Desenho: WANESSA CARDOSO		Área Total: 4.228,32 m²	

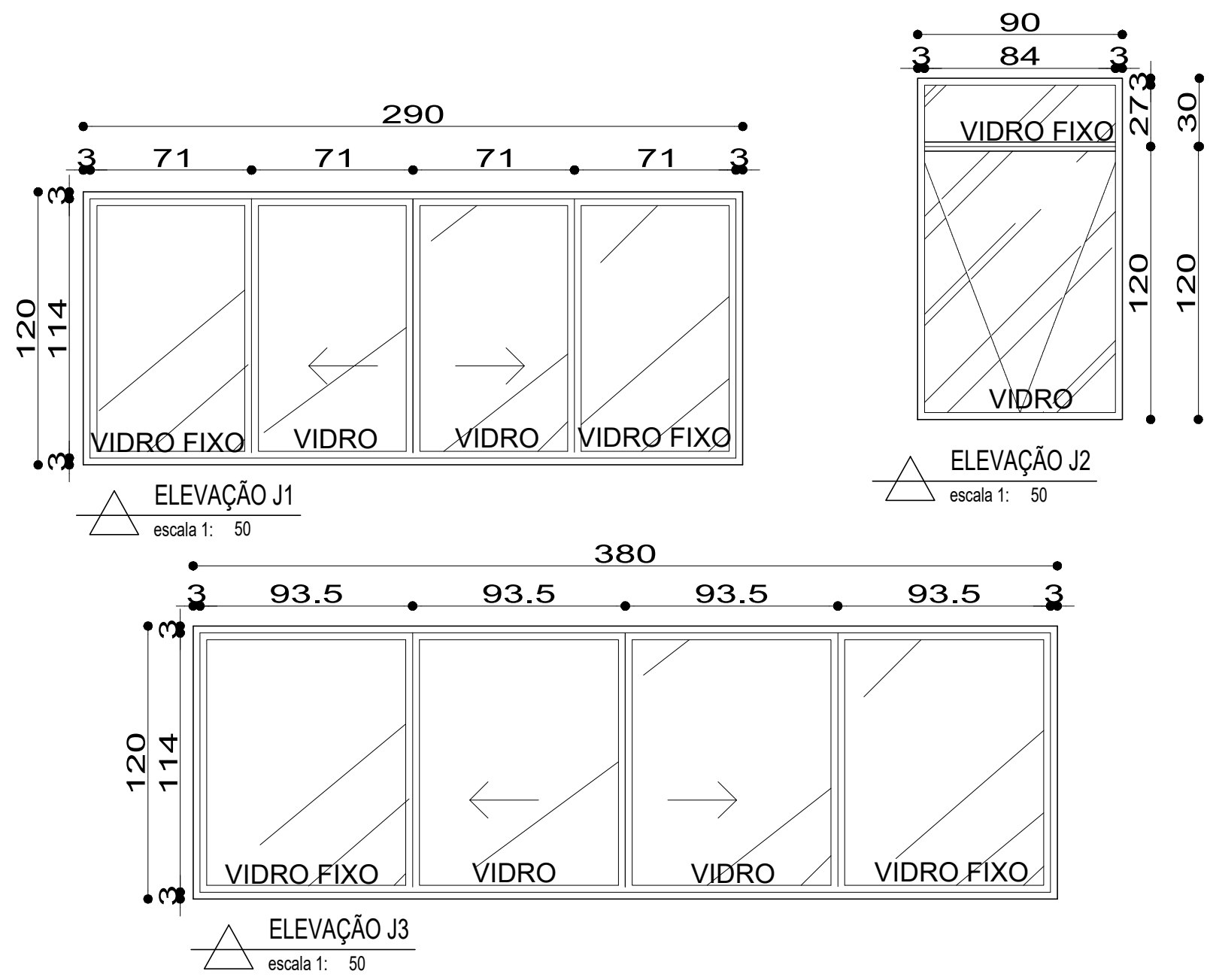
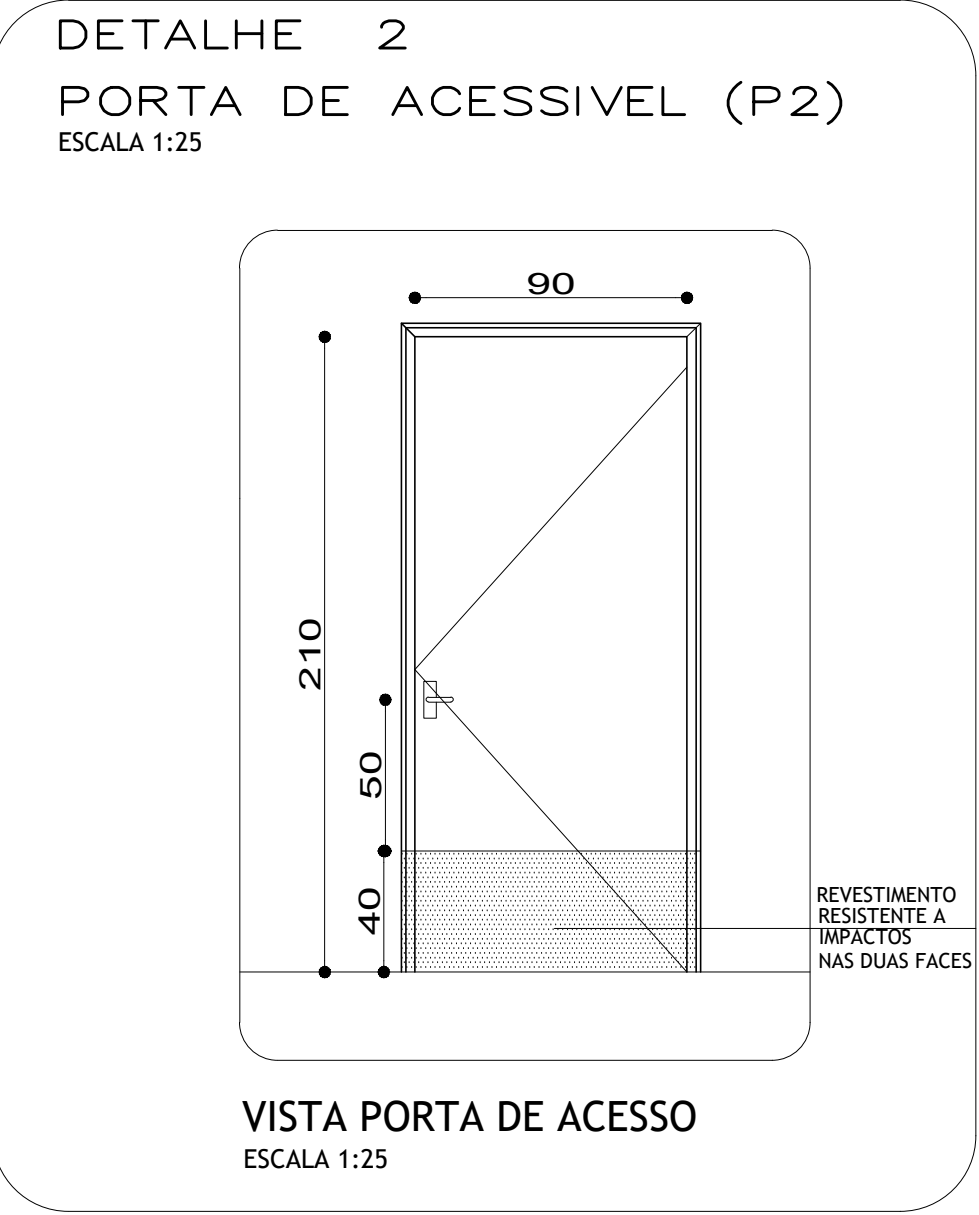
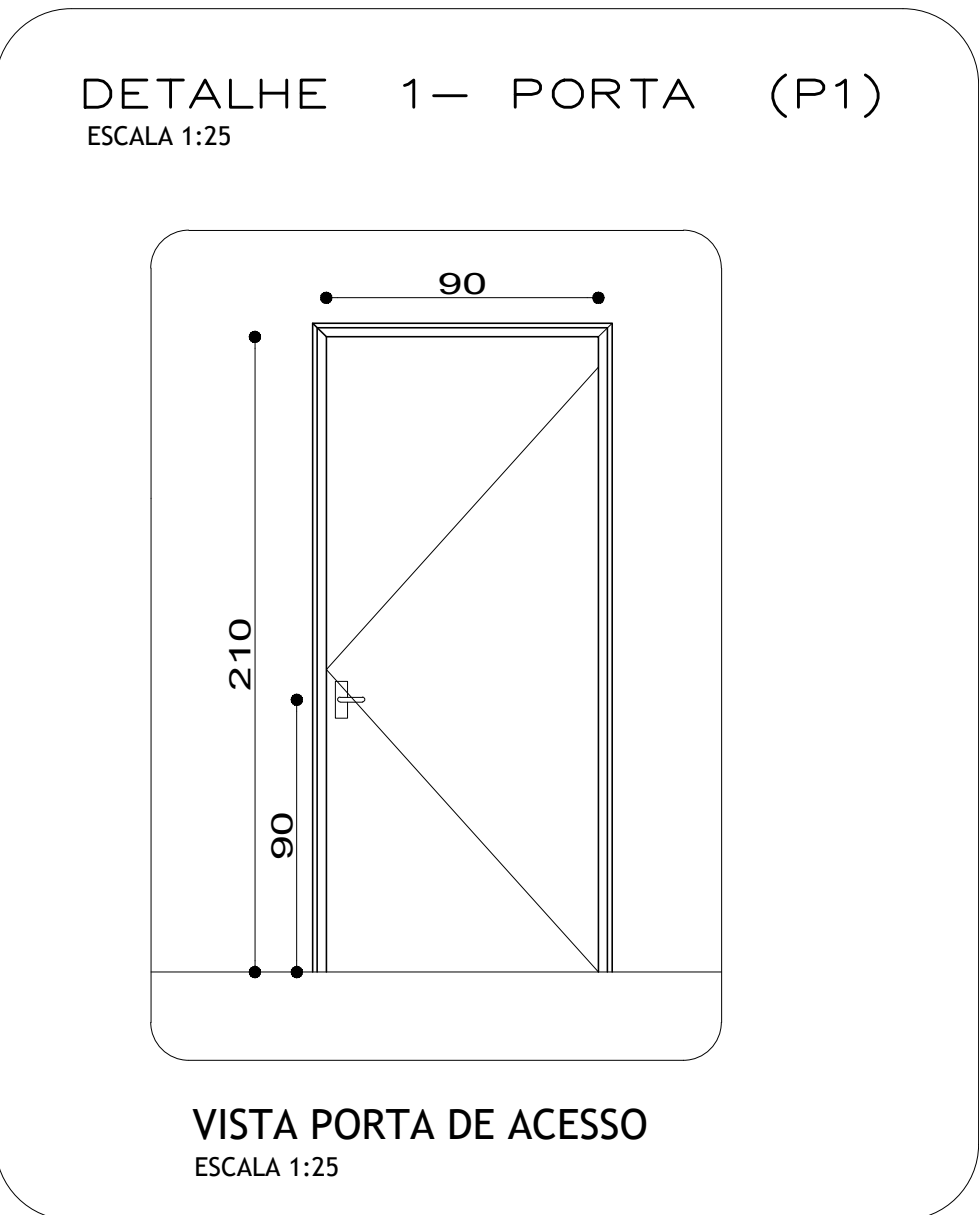
SETTE
PROJETOS E SERVIÇOS

SETTE PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI
RUA TIMBIRAS, 340, BAIRRO VIGILATO PEREIRA,
UBERLÂNDIA - MG - CEP: 38.408-418
CNPJ: 28.487.318/0001-68
EMAIL: setteprojetos@hotmail.com
FONE: (34) 3217-4373-9 9203-9750-9 9938-6910

Rua Waldemar Mascarenhas



LEGENDA DE ESQUADRIAS			
PORTAS - (ver planta de obra civil, cortes, fachadas e detalhamento)			
CÓDIGO	DIMENSÕES	QUANT.	DESCRIÇÃO
P1	90 x 210	02	GIRO, 1 FOLHA, TIPO PRANCHETA COM MARCO E ALIZARES ESMALTADOS E COM PINTURA COR ANDALUZ ESMALTE ACETINADO PREMIUN BASE ÁGUA SUVINILSIMULAR, COM MACANETA DO TIPO ALAVANCA, COM 100MM DE COMPRIMENTO E ACABAMENTO SEM ARESTA E RECURVADO NA EXTREMIDADE, APRESENTANDO UMA DISTÂNCIA MÍNIMA DE 40MM DA SUPERFÍCIE DA PORTA. DEVE SER INSTALADA A UMA ALTURA QUE PODE VARIAR ENTRE 0,80m E 1,10m DO PISO ACABADO.
P2	90 x 210	36	GIRO, 1 FOLHA, TIPO PRANCHETA REVESTIDA EM LAMINADO METÁLICO COM ALTURA 0,40m, COM MARCO E ALIZARES ESMALTADOS E COM PINTURA COR ANDALUZ ESMALTE ACETINADO PREMIUN BASE ÁGUA SUVINILSIMULAR, COM MACANETA DO TIPO ALAVANCA, COM 100MM DE COMPRIMENTO E ACABAMENTO SEM ARESTA E RECURVADO NA EXTREMIDADE, APRESENTANDO UMA DISTÂNCIA MÍNIMA DE 40MM DA SUPERFÍCIE DA PORTA. DEVE SER INSTALADA A UMA ALTURA QUE PODE VARIAR ENTRE 0,80m E 1,10m DO PISO ACABADO. REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO "FÓRMICA", CONFORME NBR 9050/15 - VER DETALHE 02



LEGENDA DE ESQUADRIAS			
JANELAS - (ver planta de obra civil, cortes, fachadas e detalhamento)			
CÓDIGO	DIMENSÕES	QUANT.	DESCRIÇÃO
J1	290 x 120	04	1 MÓDULO DE QUATRO FOLHAS 290x120, SENDO AS DUAS DE CORRER E DUAS FIXAS COM CONTRAMARCO EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL E VIDRO INCOLOR E=6mm - LINHA SUPREMA
J2	90 x 150	09	2 MÓDULOS, 1 MÓDULO TIPO MÁX. DE 90x150mm e 1 MÓDULO FIXO DE 90x300mm COM CONTRAMARCO EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL E VIDRO INCOLOR E=6mm - LINHA SUPREMA
J3	380 x 120	01	1 MÓDULO DE QUATRO FOLHAS 380x120, SENDO AS DUAS DE CORRER E DUAS FIXAS COM CONTRAMARCO EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL E VIDRO INCOLOR E=6mm - LINHA SUPREMA

INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRAS

WANESSA CARDOSO SIQUEIRA
ARQUITETA - CAU 474173-6
Resp. Técnica

Folha: 07/08

Projeto Completo - R07

Esc. INDICADA

CONTEÚDO:

Assunto: PROJETO DE ACESSIBILIDADE

- PLANTA BAIXA

Local: GOVERNADOR MANGABEIRA - BA

- DETALHES

Prop.: INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

- INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES

Resp. Técnico: WANESSA CARDOSO SIQUEIRA /CAU. 474173-6

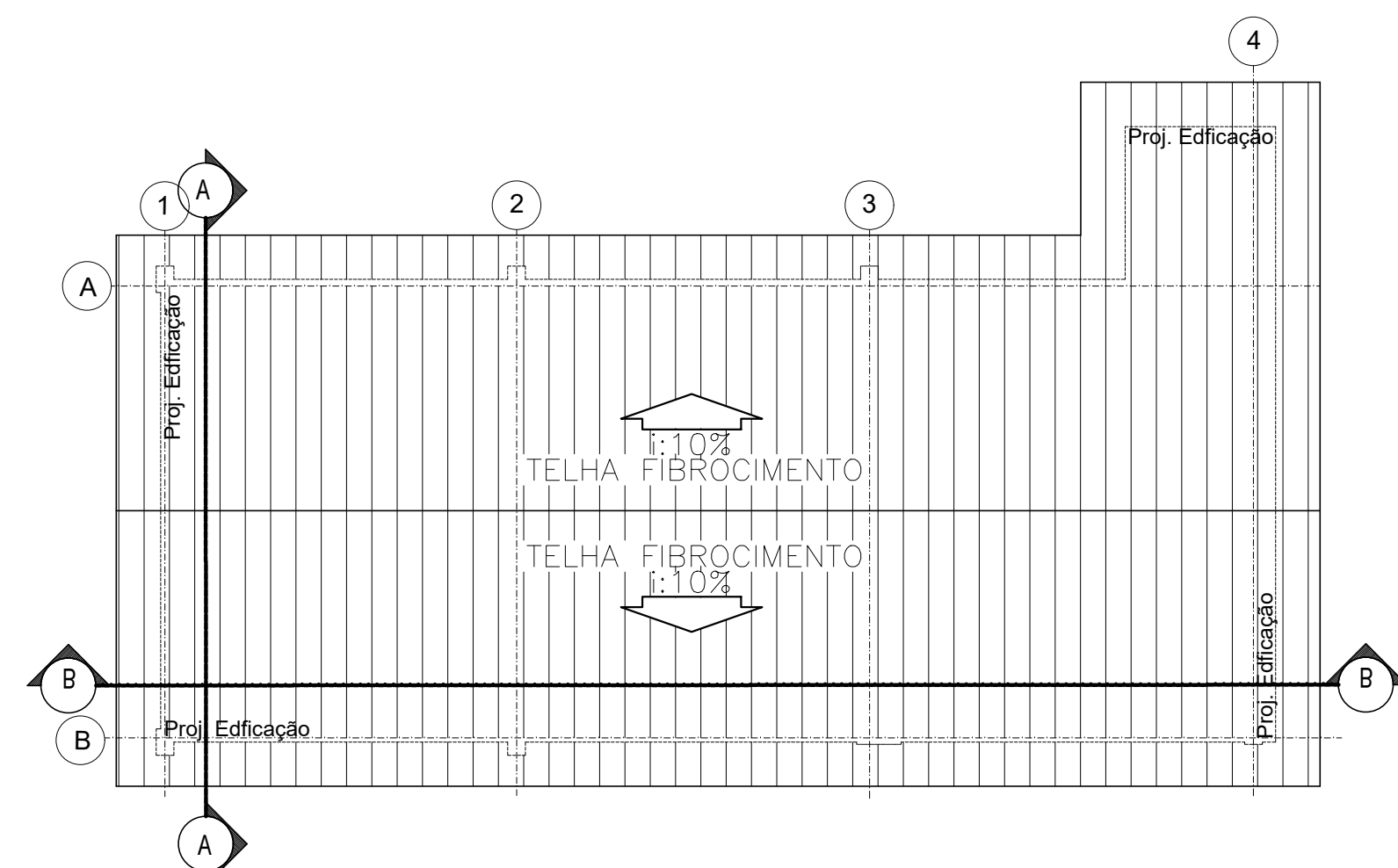
Área do Terreno: 25.272,64 m²

Área Total: 4.228,32 m²

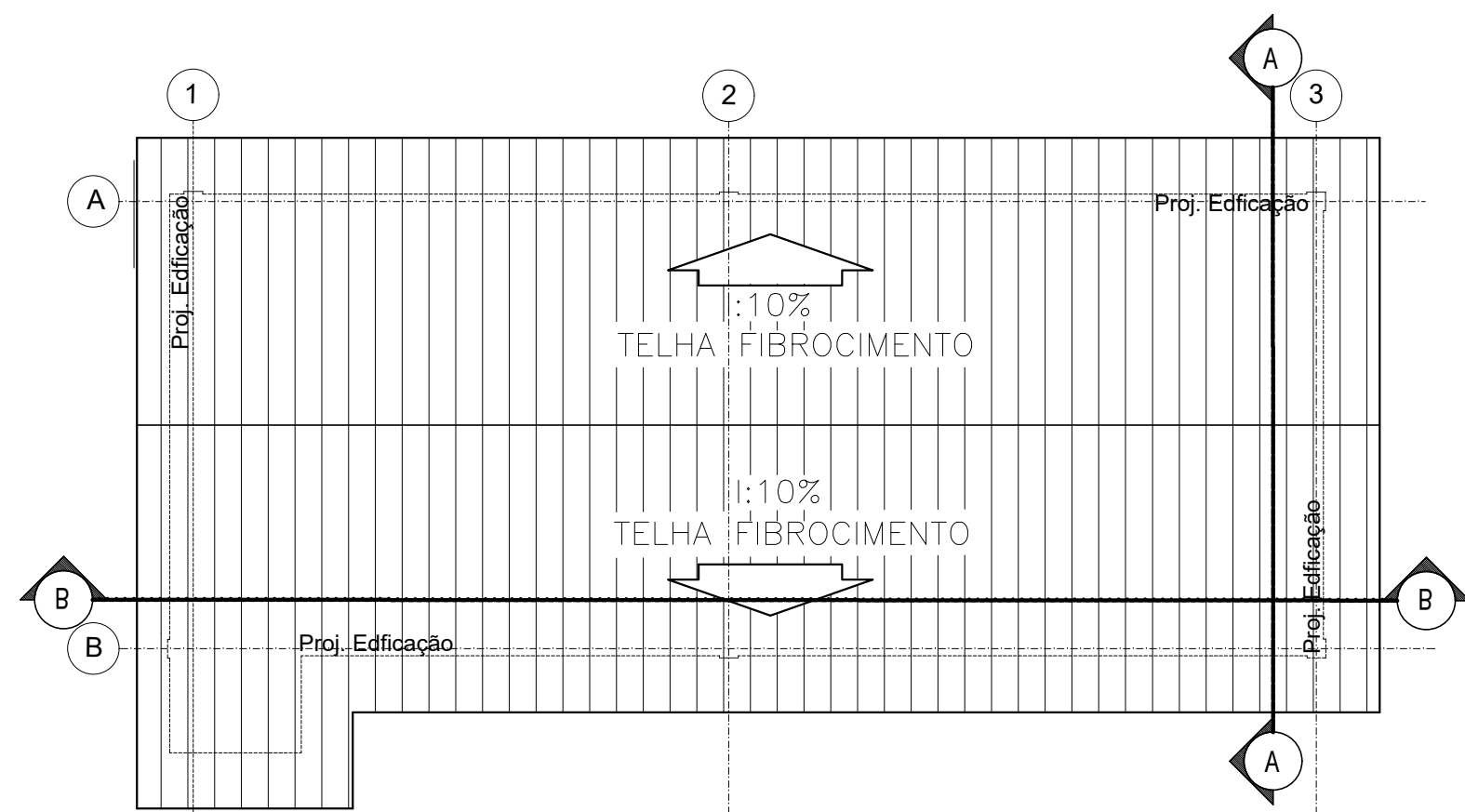
Desenho: WANESSA CARDOSO

SETTE
PROJETOS E SERVIÇOS

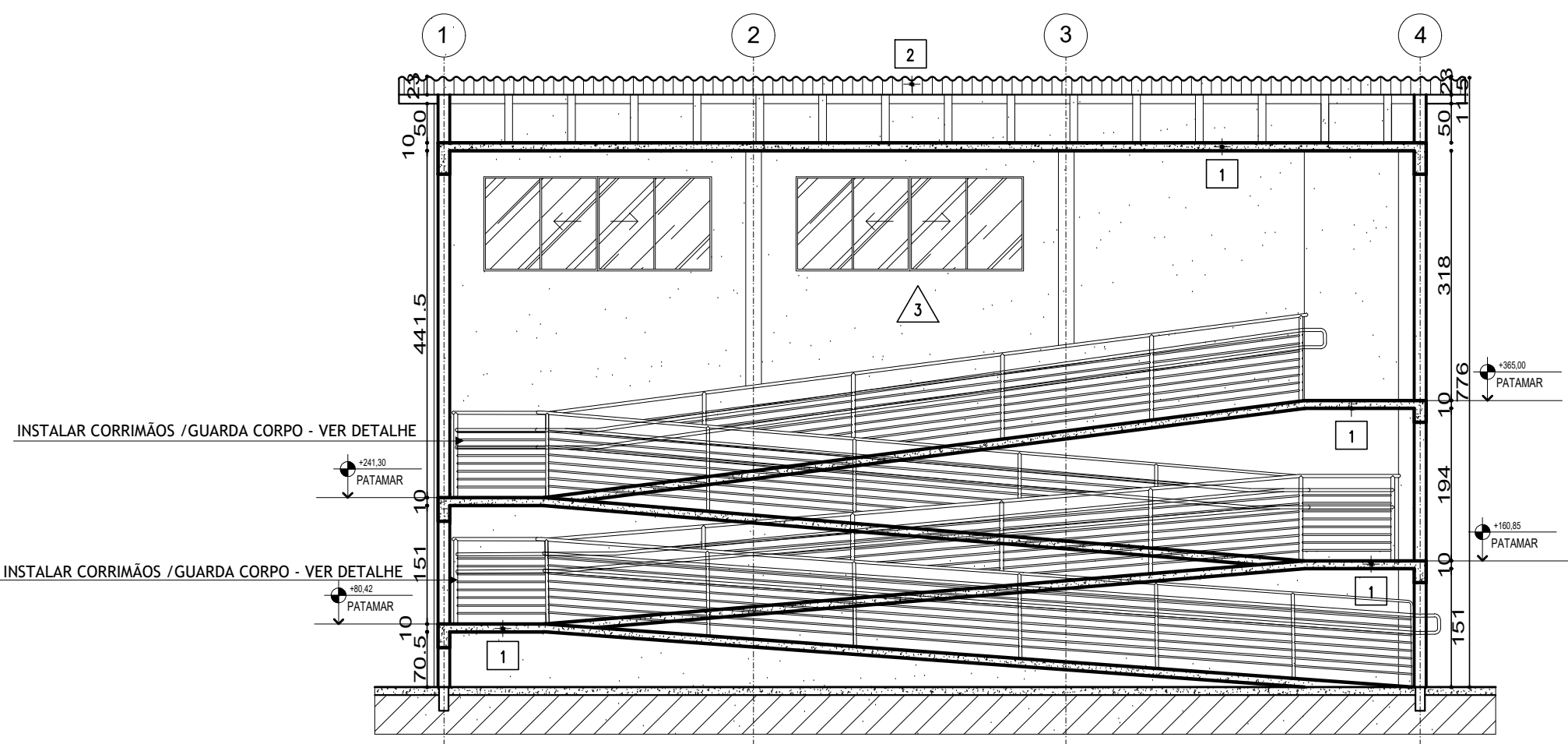
SETTE PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI
RUA TIMBIRAS, 340, BAIRRO VIGILATO PEREIRA,
UBERLÂNDIA - MG - CEP: 38.408-418
CNPJ: 28.487.318/0001-68
EMAIL: setteprojetos@hotmail.com
FONE: (34) 3217-4373-9 9203-9750-9 9938-6910



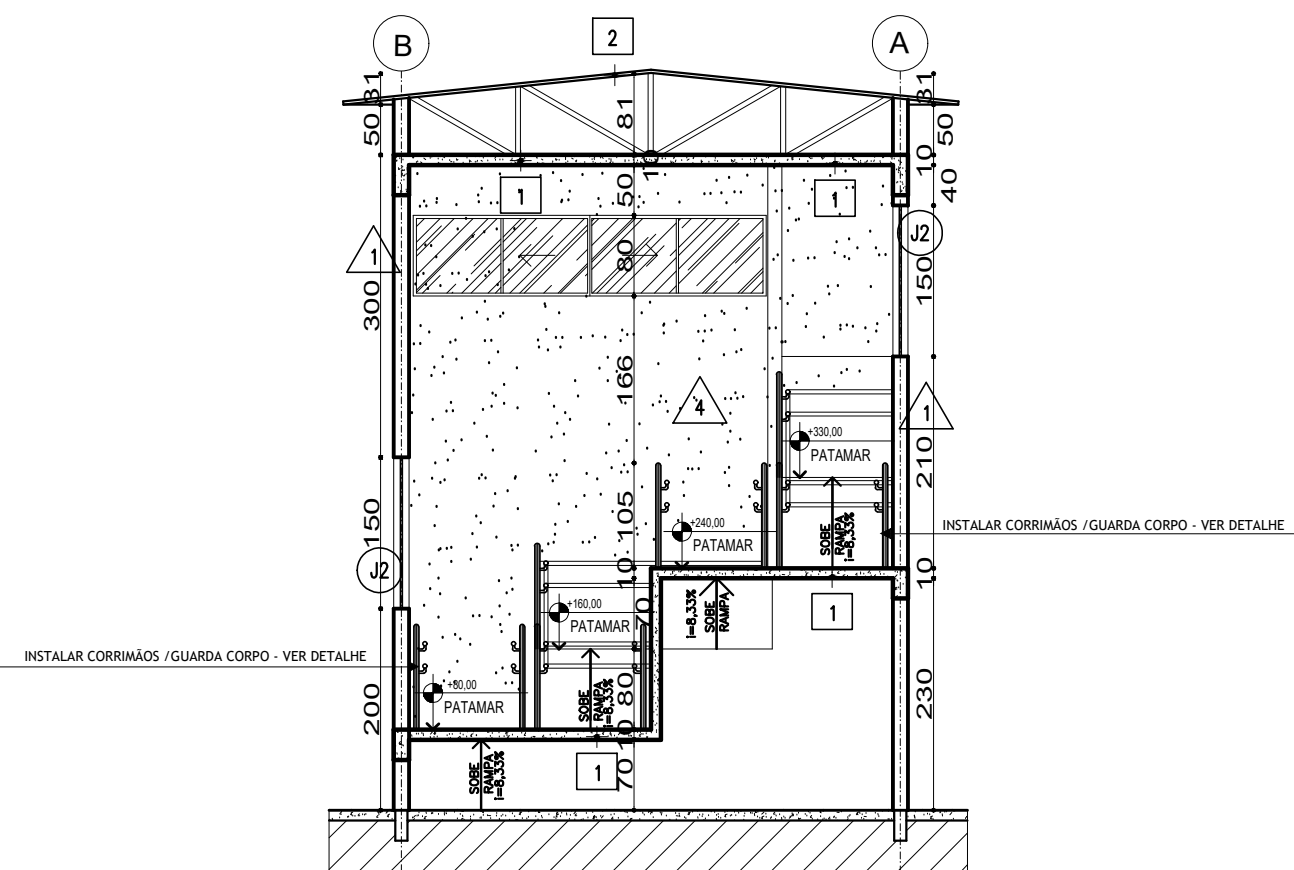
PLANTA COBERTURA RAMPA – BLOCO 01 e 02
ESCALA 1: 75



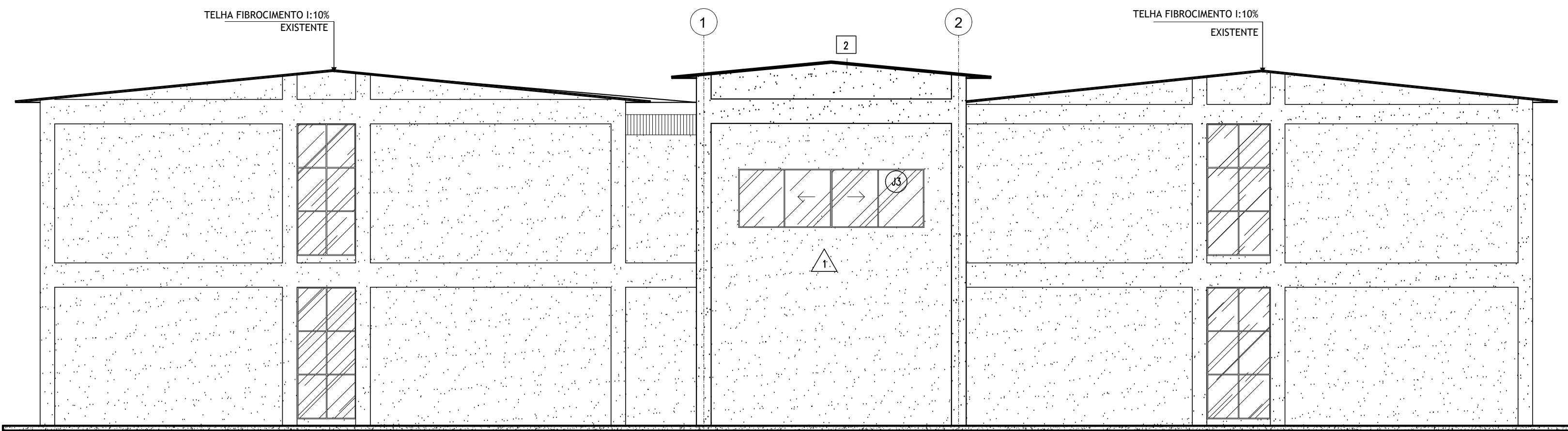
PLANTA COBERTURA RAMPA – BLOCO ADM
ESCALA 1: 75



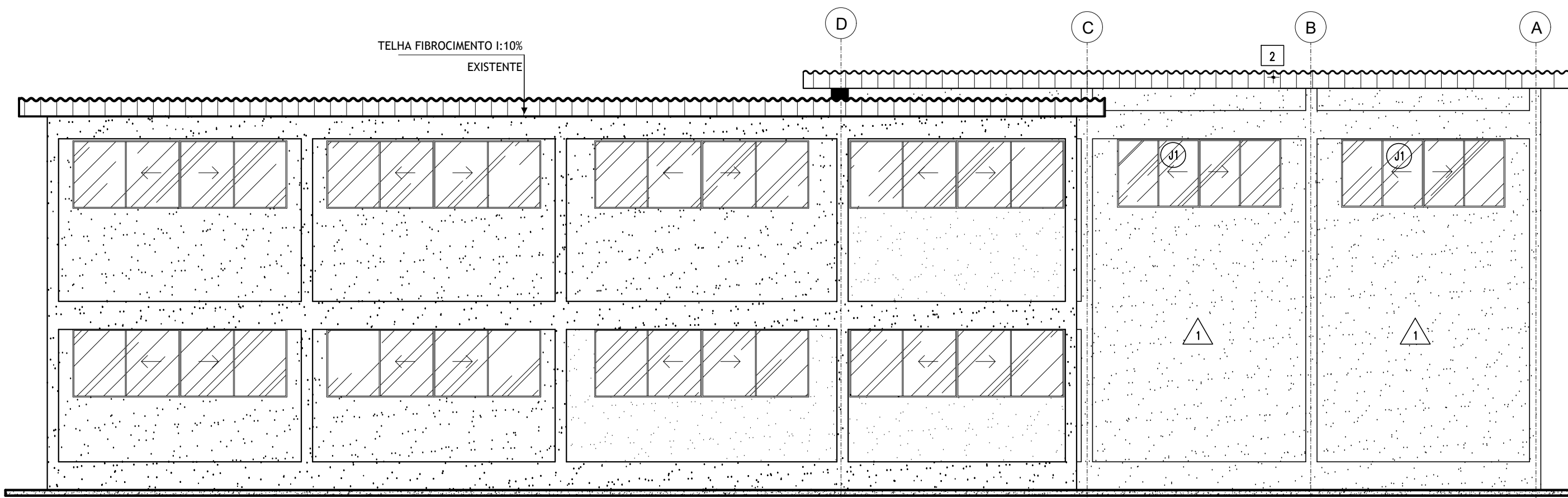
CORTE BB - BLOCO 01 e 02
escala 1: 75



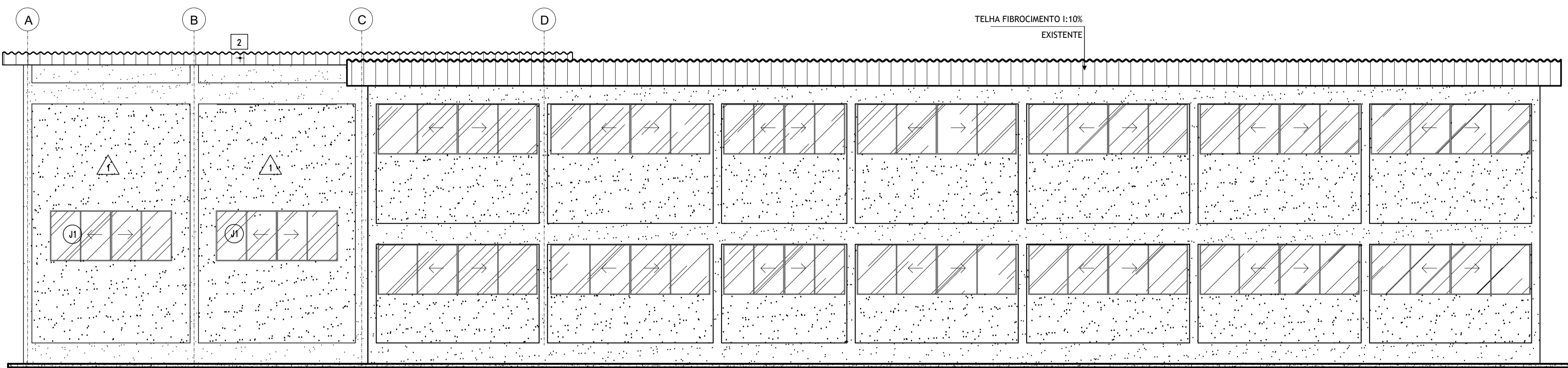
CORTE AA - BLOCO ADM
escala 1: 75



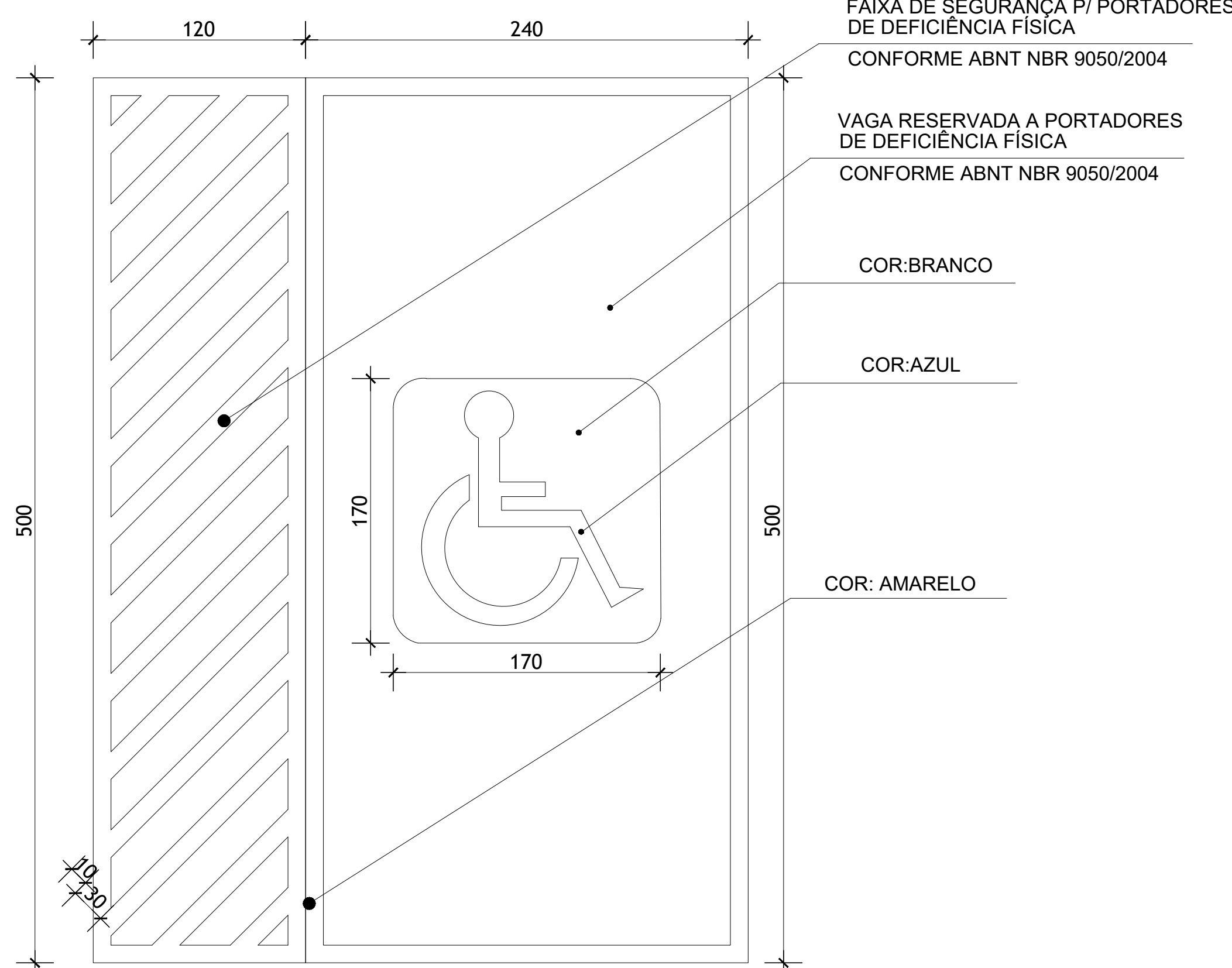
FACHADA 01 – BLOCO 01 e 02
ESCALA 1: 75



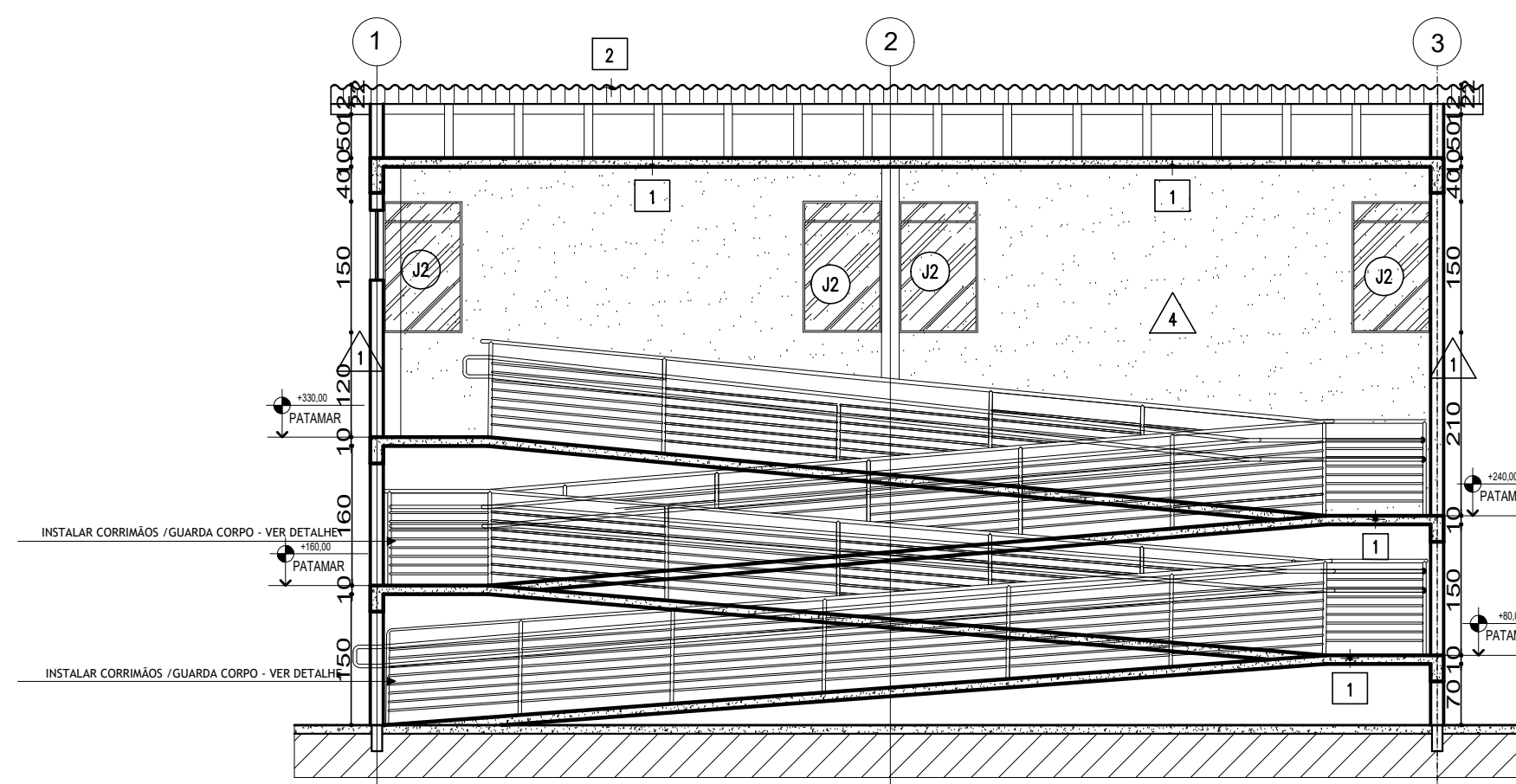
FACHADA 02 – BLOCO 01 e 02
ESCALA 1: 75



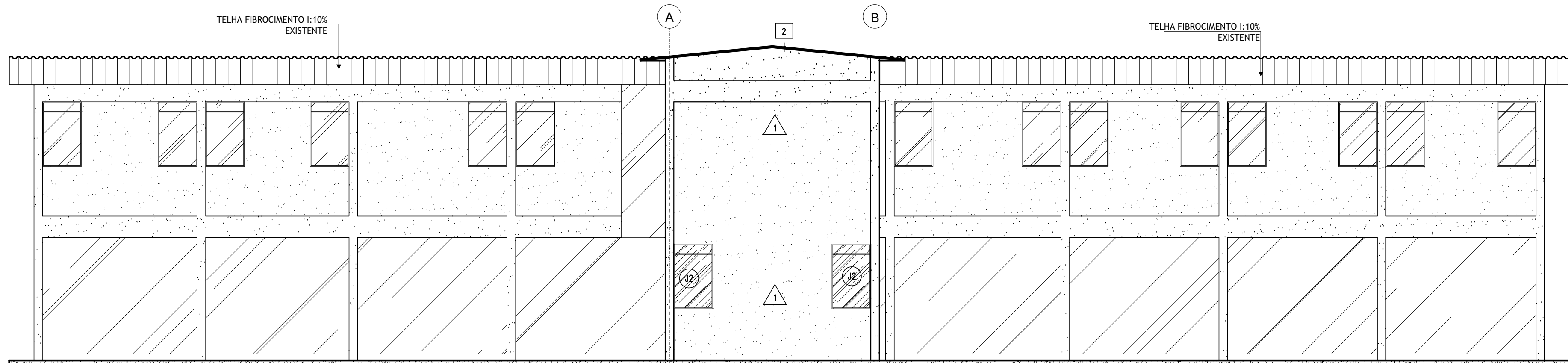
FACHADA 03 – BLOCO 01 e 02
ESCALA 1: 75



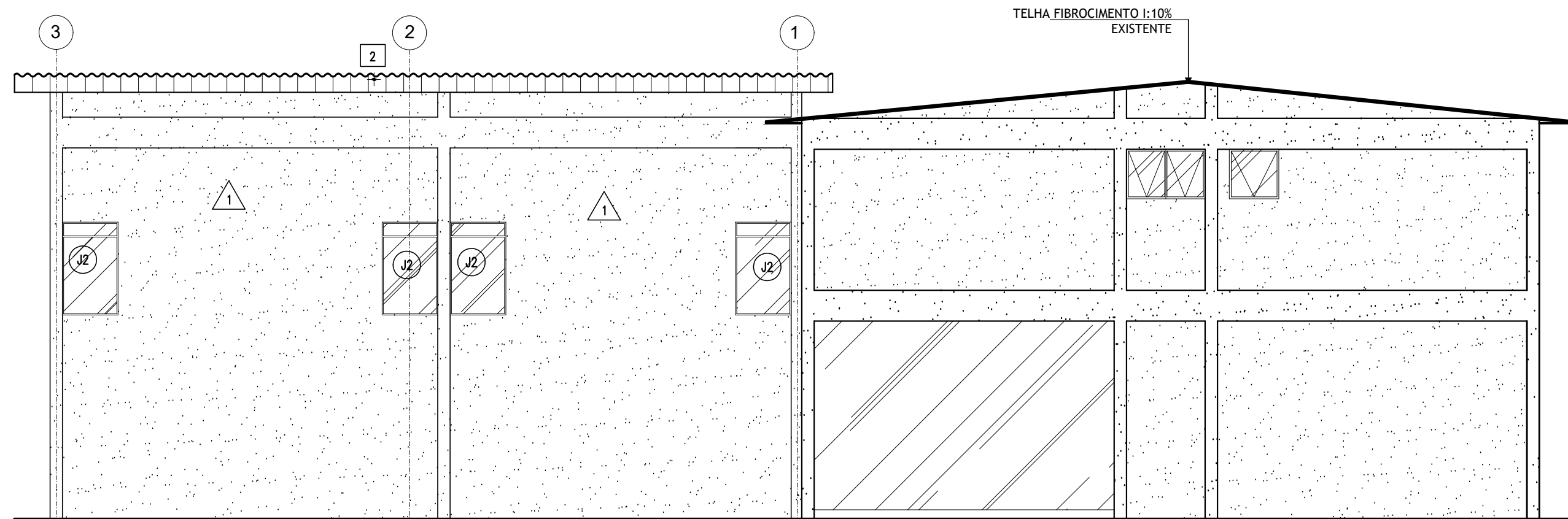
DET. VAGA ACESSIVEL
ESCALA=1/25
CONFORME ABNT NBR 9050:2004



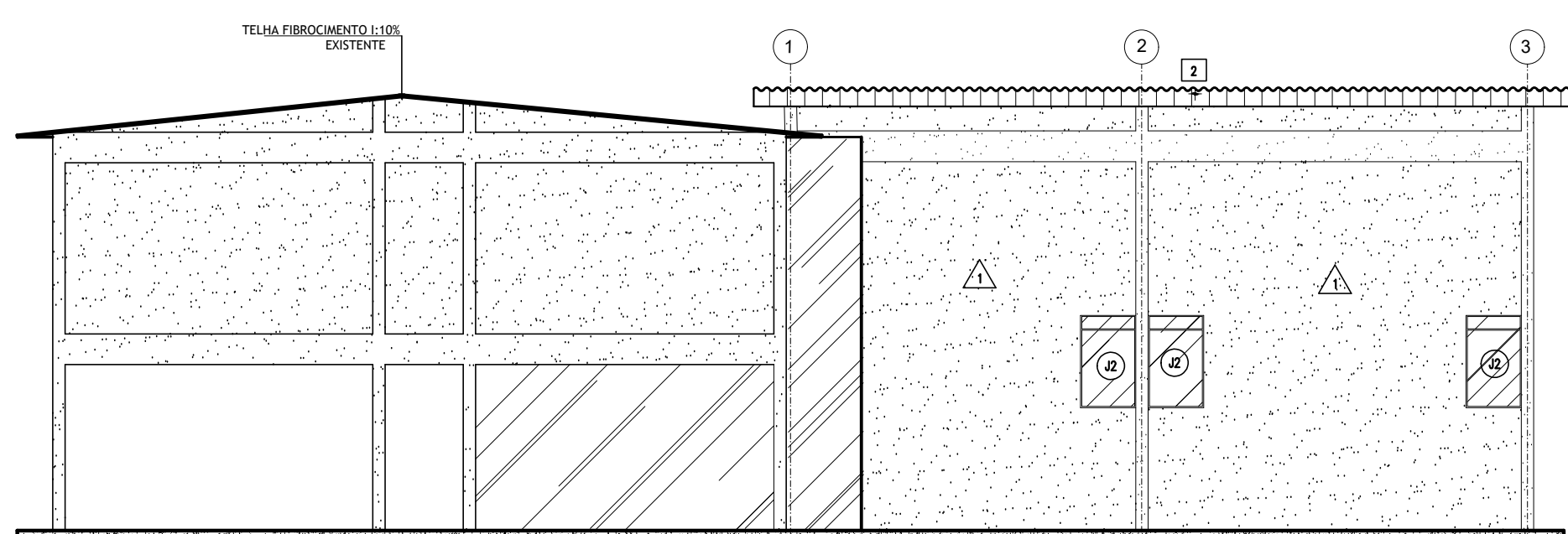
CORTE BB - BLOCO ADM
escala 1: 75



FACHADA 02 – BLOCO ADM
ESCALA 1: 75



FACHADA 01 – BLOCO ADM
ESCALA 1: 75



FACHADA 03 – BLOCO ADM
ESCALA 1: 75

QUADRO DE ACABAMENTOS			FABRIC.	COD./COR
○ PISO				
1	PRO GRANULITE POLIDO 6mx808mm, ACABAMENTO LISO E 12mm GRANULOMETRIA N. 2			
2	COMPOSTOS DE ATIVOS ESPECIAIS CIMENTO COMUM OU CINZA, AGREGADOS MINERAIS CALCÁRIO DILAMITA 18 KG, CIMENTO 12 KG.			
2	RAMPAS EXTERNAS E PASSEIO - CONCRETO DESEMPENADO. APLICAR SOBRE A TERRA COMPACTADA, UMA CAMADA DE REGULARIZAÇÃO E SOBRE ESTA UMA NATA DE CONCRETO DESEMPENADO. APLICAR SOBRE CONCRETO TINTA EPOXI BICOMPONENTES ALTA RESISTENCIA SW - 02, KIT 18LTS CIMENTO 12 KG. DIVIDIR O CIMENTADO EM PLACAS DE NO MAXIMO 2,00M² COM JUNTA DE DILATAÇÃO PLÁSTICA OU RIPAS DE MADEIRA, OU MESMO SULCOS PROFUNDOS CHEIOS DE AREIA QUE ATUAM SEMPRE A BASE DE CONCRETO			
△ PAREDE				
1	PINTURA EM TINTA ACRILICA SUPER LAVAVEL SEMI BRILHO (DUAS DEMÃO) SOBRE ALVENARIA CONVENCIONAL, DE E: 12CM COM REVESTIMENTO EM REBOCO PAULISTA TRAÇO 1:2,7 (CIMENTO, CAL RE-HIDRATADA E AREIA LAVADA) EM MASSA ACRILICA - ALVENARIA EXTERNA		CORAL OU SIMILAR	OLCAMPINHO DO JARDIM
2	PINTURA EM TINTA ACRILICA SUPER LAVAVEL SEMI BRILHO (DUAS DEMÃO) SOBRE ALVENARIA CONVENCIONAL, DE E: 12CM COM REVESTIMENTO EM REBOCO PAULISTA TRAÇO 1:2,7 (CIMENTO, CAL RE-HIDRATADA E AREIA LAVADA) EM MASSA ACRILICA - ALVENARIA EXTERNA		CORAL OU SIMILAR	VERDE COLONIAL
3	PINTURA EM TINTA ACRILICA SUPER LAVAVEL SEMI BRILHO (DUAS DEMÃO) SOBRE ALVENARIA CONVENCIONAL, DE E: 12CM COM REVESTIMENTO EM REBOCO PAULISTA TRAÇO 1:2,7 (CIMENTO, CAL RE-HIDRATADA E AREIA LAVADA) EM MASSA ACRILICA - ALVENARIA INTERNA		CORAL OU SIMILAR	CIDADE ANTIGA
4	PINTURA EM TINTA ACRILICA SUPER LAVAVEL SEMI BRILHO (DUAS DEMÃO) SOBRE ALVENARIA CONVENCIONAL, DE E: 12CM COM REVESTIMENTO EM REBOCO PAULISTA TRAÇO 1:2,7 (CIMENTO, CAL RE-HIDRATADA E AREIA LAVADA) EM MASSA ACRILICA - ALVENARIA INTERNA		CORAL OU SIMILAR	BRANCO CRU
5	VIDRO FUMÊ TEMPERADO e=10mm			
6	AZULEJO 20X20cm		PIERINI OU SIMILAR	BRANCO CRISTAL
□ TETO				
1	LAJE PREMOLDADA DE PAINÉIS TRELIÇADOS		CORAL OU SIMILAR	BRANCO NEVE
2	TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA, e= 8mm			

CÓD.	QUANT	DESCRIÇÃO
L1	1	LAVATÓRIO C/ LOUÇA BRANCA PNE C/ COLUNA 54x44cm – NBR9050
L2	1	BACIA SANITARIA PARA PNE – NBR 9050 S/ ABERTURA FRONTAL
M1	1	VÁLVULAS DE DESCARGA METÁLICA BASE 1 1/2" CROMADO
M2	1	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO SANITÁRIOS PRESMATIC ANTIVANDALISMO CROMADO
-	-	TODOS OS REGISTROS SERÃO ACABAMENTO C40 CROMADO

CÓD.	QUANT	DESCRIÇÃO
A1	1	PAPELEIRA DE LOUÇA BRANCA
A2	1	BARRA APOIO 80 CM CROMADO – I.S. ACESSIVEL
A3	1	BARRA APOIO EM L, LARGURA:100CM CROMADO – BANHO ACESSIVEL
A4	1	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO COR BRANCA
A5	1	ESPELHO CRISTAL, 60X90cm, ACABADAMENTO RETO C/ MOLDURA ALUMINIUM, INCLINAÇÃO 10° EM RELAÇÃO À PAREDE, 4mm – sanitários acessível

INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRAS

WANESSA CARDOSO SIQUEIRA
ARQUITETA-CAU A74173-6
Resp. Técnica

Folha: 08/08	Projeto Completo – R07	Esc. INDICADA
CONTEÚDO:	Assunto: PROJETO DE ACESSIBILIDADE	
– CORTES	Ocupação:FBA – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA	
– FACHADAS	RUA WALDEMAR MASCARENHAS, S/N, Local:GOVERNADOR MANGABEIRA – BA	
– INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES	Prop.: INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA Resp. Técnico:WANESSA CARDOSO SIQUEIRA /CAU. A74173-6	
	Área do Terreno: 25.272,64 m² Área Total: 4.228,32 m²	
	Desenho: WANESSA CARDOSO	

SETTE
PROJETOS E SERVIÇOS

SETTE PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI
RUA TIMBIRAS, 340, BAIRRO VIGILATO PEREIRA,
UBERLÂNDIA - MG - CEP: 38.408-418
CNPJ: 28.487.318/0001-68
EMAIL: setteprojetos@hotmail.com
FONE: (34) 3217-4373-9 9203-9750-9 9938-6910